

RELATÓRIO

EVIDÊNCIAS SOBRE AS POLÍTICAS FEDERAIS DE JUVENTUDE NO BRASIL: MAPEAMENTO DOS INVESTIMENTOS DE 2012 A 2020



Realização



Execução Técnica



INSTITUTO CÍCLICA
PESQUISA, ESTRATÉGIA
E MOVIMENTO NO
SOCIAL

Apoio



Parceiro Técnico



Direito à Acessibilidade

Por favor, avise a pessoas cegas, analfabetas, com baixa visão, deficiência intelectual ou psicossocial, baixo letramento, dislexia, dificuldades de leitura, pouco conhecimento do português, impossibilitadas de ler em telas ou que simplesmente preferem obter informações de outros modos, que o conteúdo deste relatório está disponível em modo acessível no QR CODE abaixo:



Ficha Técnica

Iniciativa

Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE

Marcus Barão - Presidente do Conselho Nacional da Juventude
Gustavo Gama - Secretário-Geral do Conselho Nacional da Juventude

Comissão de Políticas e Programas do Conselho Nacional da Juventude:

Presidente: Pedro Reis - Liga Universitária do Tocantins e Diretor de Políticas para Juventude do Governo do Estado do Tocantins

Vice-Presidente: Maria Victoria Aun Castells - TETO Brasil

Membros da Comissão:

Alan Thomas - Escola de Gente
Wesla Monteiro - Mapa Educação
Cleuller Camilo - Engenheiros Sem Fronteiras - Brasil
Darlienne Tupinambá - Engajamundo
Tiago Gomes - Fundação Roberto Marinho
Luiz Salmeron - Notório Saber
Larissa Garcez - Convidada Especial, Gestora de Juventude da Cidade de Volta Redonda

Coordenação do Projeto:

Maria Victoria Aun Castells - TETO Brasil
Pedro Reis - Liga Universitária do Tocantins e Diretor de Políticas para Juventude do Governo do Estado do Tocantins
Wesla Monteiro - Mapa Educação
Alan Thomas - Escola de Gente
Larissa Garcez - Convidada Especial, Gestora de Juventude da Cidade de Volta Redonda

Execução Técnica

Instituto Cíclica

Pesquisa e redação:

Camila Farias da Silva
Ivone dos Passos Maio

Revisão:

Eduardo Georjão Fernandes

Parceiro Técnico

Instituto Veredas

Adaptação para formato acessível

Escola de Gente

Imagem da capa

<https://br.freepik.com/fotos/pessoas>

Pesquisa desenvolvida entre junho e julho de 2021.

Publicação digital, setembro de 2021.

ISBN 978-65-980114-0-6

Sumário

5

Apresentação

6

Contextualizando: políticas de juventude no Brasil

8

Os Planos Plurianuais

18

Investimento em juventude na gestão referente a 2019-2022: mapeando
previsão e execução

38

Orçamento da Secretaria Nacional da Juventude

42

Políticas de juventude: panorama dos principais programas, ações e legislação

49

Notas metodológicas

52

Considerações Finais

55

Contribuições do Workshop Colaborativo

57

Destaques da pesquisa

58

Referências

Apresentação

Observa-se com preocupação a situação dos jovens no Brasil, **historicamente marcada pelo não atendimento a direitos fundamentais** como a segurança, a educação de qualidade, a formação e qualificação profissional, o acesso à cultura, ao lazer e ao esporte, entre outras garantias que apontam para a realização das potencialidades das juventudes. Esse quadro foi agravado com a pandemia do Coronavírus e as limitações na gestão dessa crise sanitária e econômica (CONJUVE, 2021).

O entendimento do jovem como sujeito de direitos e da juventude como fase não apenas de transição, mas como fase singular e fundamental de desenvolvimento, foi conquistando espaço na sociedade brasileira, especialmente a partir da década de 1990. A partir daí, ganham forma e potência ações governamentais e da sociedade civil que privilegiam olhar para o jovem. No ano de 2013, há um avanço na institucionalização da política pública de Juventude, com a aprovação do **Estatuto da Juventude**. Tomando o Estatuto da Juventude como marco temporal, este relatório apresenta o esforço de sistematização e disseminação de dados acerca das **políticas públicas federais para a juventude** a partir de uma investigação minuciosa para os Planos Plurianuais (PPA) e suas execuções financeiras, considerando o período de 2012 a 2020, conteúdo explorado na seção 2. Sabe-se que o PPA é um instrumento de planejamento da gestão pública que expressa **as prioridades de cada governo**, sendo assim um documento essencial para compreender o espaço estratégico de determinado domínio da política pública.

Além do PPA, a pesquisa adentra **a execução financeira das ações** por meio de acesso ao Portal da Transparência e, quando necessário, recorre a pedidos por meio da Lei de Acesso à Informação. Assim, a seção 3 traz em detalhes os investimentos em políticas para a juventude dos anos de 2019 e 2020 - contemplando a atual gestão. Já a seção 4 explora o **histórico orçamentário da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)** - desde sua criação em 2005.

A seção 5 investe em **sistematizar os principais programas, ações e legislação empreendidos ao longo do período analisado**. Ela é relevante ao apontar a quais eixos do Estatuto da Juventude tais ações se dirigem e se houve continuidade ou interrupção das ações.

A análise dos dados e documentos foi orientada por pressupostos que hoje estão consolidados na avaliação da política pública de juventude. Nesse sentido, foram levadas em consideração algumas das características centrais que tornam essa política efetiva: se ela é estratégica para o governo, se apresenta transversalidade e é compatível com agendas pertinentes, como o Estatuto da Juventude e a Agenda 2030, e, por fim, se é eficiente no investimento dos recursos.

Com este relatório, espera-se subsidiar órgãos, entidades e lideranças do campo das políticas de juventude com evidências relevantes para intervenções qualificadas na gestão pública e na realidade social.

1. Contextualizando: políticas de juventude no Brasil

Os últimos vinte anos parecem apontar para o fortalecimento da ideia de que a juventude demanda políticas públicas específicas, com base na perspectiva de que tal fase da vida instiga, ao mesmo tempo, um olhar às suas especificidades e atento às diversidades de situações existenciais nela contidas. Rua (1998), ao pesquisar as políticas públicas setoriais de educação, saúde e trabalho na década de 1990, verifica que naquele momento eram raras ações governamentais moduladas especialmente para os jovens. Sposito e Carrano (2003) apontam que tal cenário começa a mudar no fim dos anos 1990, com iniciativas nos diferentes níveis estatais, algumas com o apoio da sociedade civil. No entanto, as iniciativas verificadas ao longo do governo federal nos anos do Presidente Fernando Henrique Cardoso foram caracterizadas por um foco difuso das ações, direcionadas a públicos mistos, bem como marcadas por uma baixa atividade coordenadora, ou seja, nenhum órgão da administração centralizou efetivamente o papel de produzir, concentrar e divulgar informações acerca da política de juventude.

Nesse sentido, **os anos 2000 oferecem marcos importantes para a política de juventude no Brasil**, pois apontam para um amadurecimento do tema na sociedade. No primeiro governo do presidente Lula, a Lei 11.129 de 30 de junho de 2005 institui o Conselho Nacional de Juventude e a Secretaria Nacional da Juventude. O Conselho, conforme a lei, agrega representantes do poder público e da sociedade civil e tem como finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental

voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, além de fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade dos jovens. Já a Secretaria Nacional de Juventude é entendida como o órgão que centraliza a articulação de todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Portanto, a legislação mencionada aponta em duas direções: a busca pela institucionalização da política de juventude e pela ampliação da participação social na condução desta política.

Outros avanços na direção da participação e institucionalização da política pública foram dados com a realização das Conferências Nacionais da Juventude (2008, 2011 e 2015), com a criação nos níveis subnacionais de órgãos voltados às políticas de juventude e, destacadamente, com a aprovação do Estatuto da Juventude em 2013. O Estatuto da Juventude estabelece os jovens como sujeitos de direitos e olha para eles como seres multidimensionais, cujos desenvolvimento e realização perpassam diferentes esferas da vida social, a serem refletidas em ações do Estado: participação social, educação, saúde, cultura, desporto e lazer, meio ambiente, trabalho, diversidade e igualdade, liberdade de expressão, mobilidade, segurança e justiça.

Com relação à Secretaria Nacional da Juventude, ela é criada no âmbito da Secretaria Geral da Presidência da República, cujo perfil era de proximidade com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada

em prol dos direitos da juventude. Esse perfil é mantido ao longo do segundo mandato de Lula e início do governo Dilma. Em 2015, já pressionada pela crise política, Dilma funde a Secretaria-Geral da Presidência, a Secretaria de Relações Institucionais, a Secretaria da Micro e Pequena Empresa e o Gabinete de Segurança Institucional em um novo órgão, denominado Secretaria de Governo da Presidência da República. Tal mudança traz alterações para a dinâmica da SNJ, indicando um perfil mais administrativo e menos próximo da sociedade civil (PEREZ e LUZ, 2019). Em 2016, meses antes ao *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, a lei nº 13.266, de 5 de abril, institui o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, do qual passa a fazer parte a SNJ. No entanto, ainda em 2016, já sob o governo do então presidente Michel Temer, passa a vigorar a lei nº 13.341, de 29 de setembro, que altera novamente a estrutura da administração federal, voltando a SNJ a se vincular à Secretaria de Governo da Presidência da República.

O governo Temer pode ser considerado um período de transição; no entanto, cabe destaque à aprovação da Lei 12.852, que regulamenta o Sistema Nacional de Juventude e prevê, entre outras questões, a divulgação das iniciativas do governo federal voltadas à juventude e a realização de Conferências da Juventude a cada quatro anos. Já no governo Bolsonaro, a SNJ passa a compor o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cujo perfil político é conservador e, seguindo a diretriz geral do governo, afastado de movimentos sociais da juventude.

Na gestão pública, um dos instrumentos mais relevantes de registro do planejamento do governo é o PPA. Ele pode ser considerado o plano mestre, que dá a diretriz estratégica para o governo, além de articular-se com a gestão orçamentária. Assim, nas próximas seções pretende-se explorar os dados disponíveis nos PPAs 2012-2015, 2016-2019 e 2020-2023, verificando como se deu a institucionalização das políticas de juventude nesses documentos.



Plano Plurianual

É um plano que toma forma de lei e estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelos governos ao longo de quatro anos.

Programa Orçamentário

Unidade do PPA que expressa uma noção de conjunto de ações voltadas a um determinado tema. Reúne objetivos, metas e indicadores. Integra a dimensão estratégica (o que fazer) com a dimensão orçamentária (com quanto?).

Objetivo

Unidade subordinada ao Programa. Expressa as escolhas de políticas públicas para a transformação de determinada realidade, orientando taticamente a atuação do Governo para o que deve ser feito.

2. Os Planos Plurianuais

2.1. *Quais as informações mais relevantes que os PPA trazem sobre as políticas de juventude?*

Os PPAs estabelecem as **prioridades de governo**. Neles são estabelecidos os programas orçamentários, os quais informam temas prioritários de ação. ademais, aos PPAs são subordinados objetivos e metas, os quais, por fim, se concretizam na realização financeira das ações orçamentárias (estas podem estar discriminadas no PPA ou somente na Lei Orçamentária Anual). Existe certa flexibilidade na construção de um PPA; portanto, os governos aderem a formatos e metodologias diferentes em sua elaboração. No entanto, há requisitos mínimos para a construção dos planos, resultando em alguma regularidade, que permite sua comparação.

Os três PPAs analisados nesta pesquisa possuem similaridades e diferenças. Eles são organizados de forma a apresentar, num primeiro nível de detalhamento, os Programas Orçamentários e, num segundo nível, os objetivos relacionados ao Programa. Há, ainda, metas relacionadas aos objetivos, as quais permitem verificar a execução destes e podem ser quantitativas ou qualitativas.

Os PPAs de 2012-2015 e de 2016-2019 apresentam vários objetivos e metas ligados a cada programa. O plano de 2016-2019, por exemplo, indica 54 programas temáticos, 304 objetivos e 1.136 metas. Em um nível ainda mais detalhado, apresenta as iniciativas que são as entregas para a sociedade a partir do objetivo traçado.

Já o PPA de 2020-2023 aponta somente um objetivo por programa, resultando em 70 programas e 70 objetivos. Posteriormente, foram publicados de forma complementar os chamados “resultados intermediários”, que são entregas para a sociedade, relacionadas aos objetivos. Outra diferença marcante entre os PPAs analisados é que aqueles dos dois primeiros quadriênios publicaram relatórios de execução que unem as informações estratégicas e financeiras, fazendo um balanço detalhado das ações e dos investimentos de cada objetivo. Já o PPA estabelecido pelo governo atual informa somente o valor global dedicado a cada programa, enquanto as informações detalhadas dos gastos por objetivo ou por resultados intermediários ficam menos claras. Assim, considerando que os programas passaram a ser menos detalhados no último PPA, observou-se maior dificuldade em mapear os investimentos nas subáreas relacionadas ao programa.

Apesar de seu Manual Técnico afirmar que o PPA 2020-2023 reduziu categorias e atributos em busca da simplificação metodológica, **considera-se que houve perda de qualidade na descrição estratégica da política pública e maior dificuldade em relacionar o PPA e a execução financeira**. Além disso, dada a complexidade da política pública federal, a redução de metas divulgadas pode incidir em maior dificuldade de monitoramento e controle social.

É importante ressaltar que os governos do período afirmaram a importância do PPA como principal documento de registro das prioridades de governo.

Tabela 1 - Síntese comparativa

Dimensão	Variável	PPA 2012-2015	PPA 2016-2019	PPA 2020-2023
Estratégia	Programa Orçamentário específico	Sim	Sim	Não
	Recursos investidos do Programa específico (mil R\$)	R\$ 87.110	R\$ 37.050	Não se aplica
	Recursos investidos nos objetivos relacionados, sem saúde e educação (mil R\$)	R\$ 734.681	R\$ 542.181	Sem informação
	Objetivos do programa específico	7	3	Não se aplica
	Objetivos relacionados no PPA	19	11	2
Transversalidade	Órgãos	7	4	2
	Programas Orçamentários com objetivos relacionados	6	6	2
	Eixos do Estatuto da Juventude contemplados	7	6	2
	Eixos ODS contemplados	5	3	2
Eficiência	Percentual de execução financeira do programa específico	11,57%	28,59%	Sem informação
	Percentual de execução financeira dos objetivos - sem Saúde e Educação	11,06%	37,48%	Sem informação
	Percentual de execução financeira dos objetivos - com Saúde e Educação	62,36%	35,03%	Sem informação

A tabela 1 busca trazer uma síntese analítica dos três PPAs avaliados. Abaixo, são elencados alguns destaques:

Sobre a dimensão Estratégia

Na dimensão que se dedica a pensar o espaço **estratégico**, é possível perceber que o PPA atual é o único que não dedica um Programa Orçamentário específico ao tema.

Com relação a objetivos mapeados que mencionem a juventude como alvo da política, considerando todos os programas finalísticos, percebe-se que os Planos anteriores estabelecem um maior número de objetivos - seguindo a ordem cronológica, indicam-se respectivamente 26, 11 e 2. Esse dado demonstra leve perda do espaço **estratégico** do PPA de 2012 para o de 2016 e perda acentuada no de 2020.

Assim, não só o tema da juventude não foi contemplado por um Programa para dar conta das especificidades da política para jovens no Brasil, como o tema perdeu espaço como um todo nas políticas de outros programas com afinidade. A questão do enfraquecimento da política da juventude como área **estratégica** é confirmada ao se analisar a execução orçamentária, a qual decresce entre os dois primeiros PPAs. Já o PPA 2020, em função de não ligar diretamente seu planejamento estratégico (PPA) à execução de ações orçamentárias, impossibilita tal análise.

Sobre a dimensão Transversalidade

Com relação à dimensão da **transversalidade**, é possível perceber como o tema da política de juventude

atravessa diferentes programas e órgãos da estrutura administrativa federal. A **transversalidade** é importante, porque dada a complexidade dos direitos das juventudes, é esperado que para abrangê-los, a política precise perpassar as ações governamentais. Aqui, cabe destaque à categorização dos objetivos mapeados nos Planos no que se refere ao **Estatuto da Juventude** e aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, os quais serão melhor abordados mais adiante. É possível perceber que o último PPA apresenta baixa transversalidade nas três variáveis analisadas.

Sobre a dimensão Eficiência

No que tange à dimensão **eficiência**, mais uma vez, o dado é prejudicado em decorrência da falta de informação detalhada do PPA de 2020. No entanto, destaca-se que o PPA de 2016, em que pese tenha destinado menos recursos para o programa específico *Promoção dos Direitos da Juventude*, foi mais eficiente na execução - ainda que ambos os períodos tenham apresentado baixa execução dos orçamentos previstos¹.

2.2. De que forma o PPA se relaciona com o Estatuto da Juventude e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?

Como mencionado, é no período analisado que é aprovado o **Estatuto da Juventude**. Tal aprovação foi resultado de uma série de esforços estatais e da sociedade civil organizada. Considerando que o Estatuto oferece as diretrizes da política brasileira de

¹ Ao longo do trabalho a previsão orçamentária tem como base a dotação orçamentária conforme LOA correspondente.

juventude, cabe analisar em que medida elas estão refletidas nas proposições elaboradas nos PPAs dos diferentes governos.

Considerando a relevância da **Agenda 2030** (ONU), é possível analisar também

em que medida os objetivos traçados nos PPAs se relacionam ao compromisso global com os **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

Gráfico 1

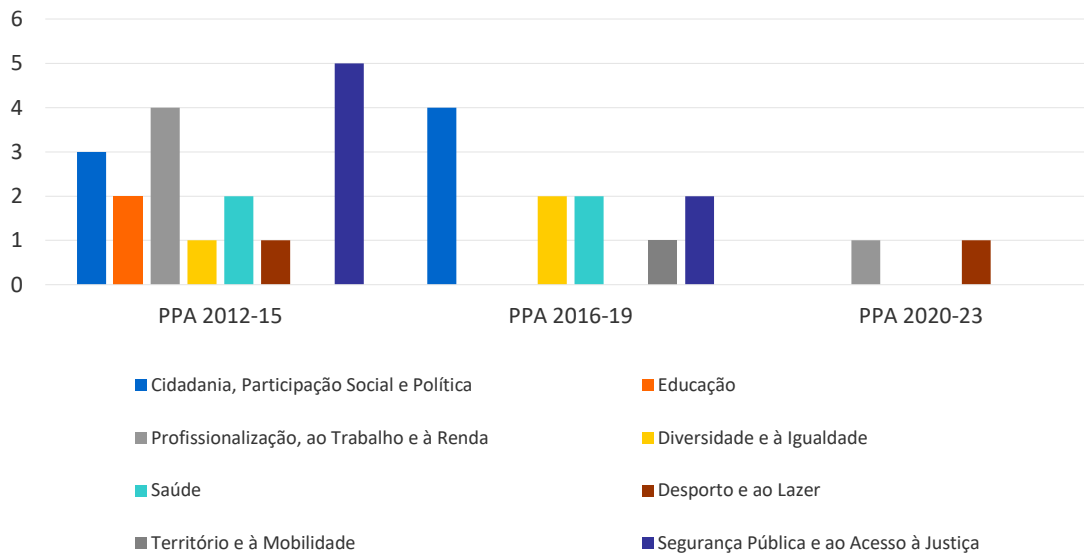
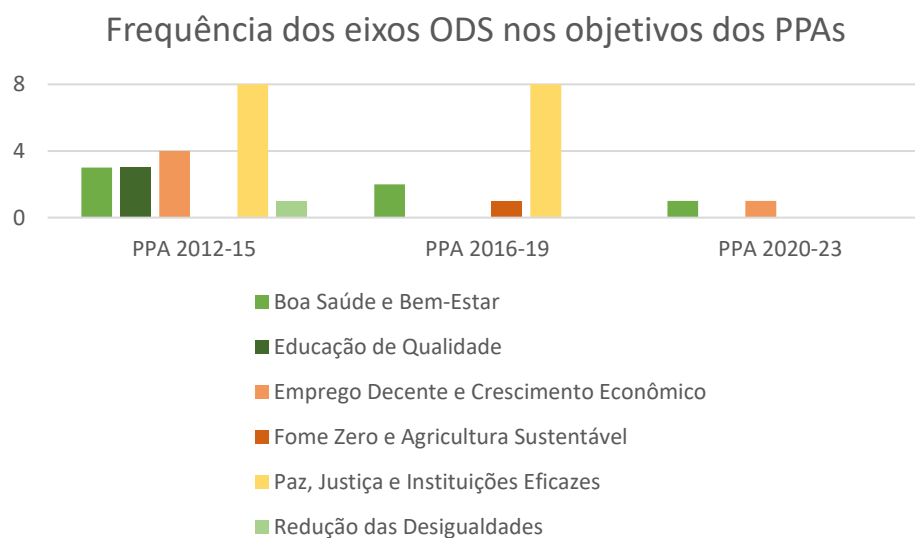


Gráfico 2



Os gráficos acima indicam que o PPA 2012-2015 é aquele que apresenta maior diversidade temática em seus objetivos, considerando tanto os eixos do Estatuto da Juventude quanto dos ODS. No que tange ao Estatuto, cabe esclarecer que todos os governos realizam investimento em Educação; no entanto, alguns PPAs não apresentaram objetivos que especificavam jovens ou adolescentes como públicos - por esse motivo, esses objetivos ficam de fora deste levantamento.

Uma ausência que chama a atenção é a falta de objetivos que toquem especificamente a questão da cultura e do meio ambiente, **temas centrais para os desafios contemporâneos**. Esses dois temas aparecem nas metas de alguns dos objetivos mapeados - uma vez no PPA 2012-2015, para a cultura, e uma vez no PPA 2016-2019, para o meio ambiente.

Nos dois primeiros PPAs, percebe-se o destaque de duas áreas, "Cidadania, Participação Social e Política", a qual remete a ações de institucionalização da política de juventude e garantia dos

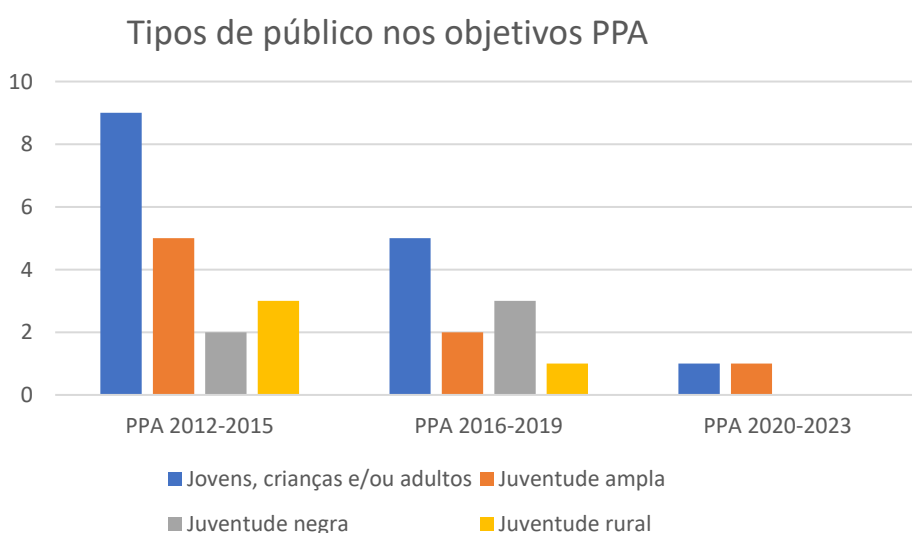
direitos dos jovens, e "Segurança Pública e Acesso à Justiça", referente a ações com ênfase em prevenir violências contra a juventude e na garantia de direitos humanos.

Com relação aos ODS, é importante lembrar que é recomendado que a política pública seja compatível com eles e que **os jovens são considerados agentes fundamentais nessa articulação** (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021). Considerando que há dezessete eixos ODS, e apenas seis deles contemplados ao longo dos PPAs analisados, cabe questionar em que medida os governos têm planejado campos de intervenção associados aos ODS.

2.3. Quais os públicos contemplados nas políticas de juventude?

Sabe-se que o termo juventude esconde uma série de diversidades de situações e vivências presentes no Brasil; assim, poderíamos falar em juventudes plurais. **Nos documentos analisados, raras vezes os objetivos indicam grupos específicos da juventude.**

Gráfico 3



No gráfico 3, é possível ver quantos objetivos mapeados nos PPAs citam os diferentes públicos. **Analisando os três documentos, cabe destaque ao espaço dado às juventudes rurais**, considerando que um a cada seis jovens no Brasil vive em área rural (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021) e que há uma escassez de políticas para os jovens do campo. Da mesma forma, é importante destacar as **ações voltadas à juventude negra**, especialmente considerando que essa parcela da população é a mais atingida pela violência e pelas desigualdades (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021).

No entanto, percebe-se que alguns públicos não receberam atenção, como é o caso das meninas e mulheres e a **questão da desigualdade de gênero, da juventude LGBTQIA+ e da juventude indígena**. Não há também registro de ações para faixas etárias específicas dentro do intervalo que define a juventude (de 15 a 29 anos). Com relação à medida do impacto das políticas, alguns objetivos estabelecem metas quantitativas, cuja unidade de medida são “jovens”. No entanto, cabe ressaltar que essa não é uma regra para todos os objetivos, ou seja, nem todo resultado das políticas públicas é medido por meio de jovens impactados. Considerando a soma das metas dos objetivos, o PPA 2012-2015 previa impactar pelo menos 1.473.460 jovens.

Já o PPA 2016-2019 reduz os objetivos ligados à temática, no entanto, mantém um número similar em suas metas, prevendo 1.641.548 jovens atingidos.

No documento de 2020, a soma das metas relacionadas projeta o impacto em 33.300 jovens. Ainda que o

estabelecimento de metas cujas unidades de medidas sejam pessoas atingidas não seja regra para todos os objetivos, chama a atenção a **ausência de metas mais ousadas** no PPA 2020-2023 para as juventudes.

2.4. Como foi a execução orçamentária dos programas específicos para juventude?

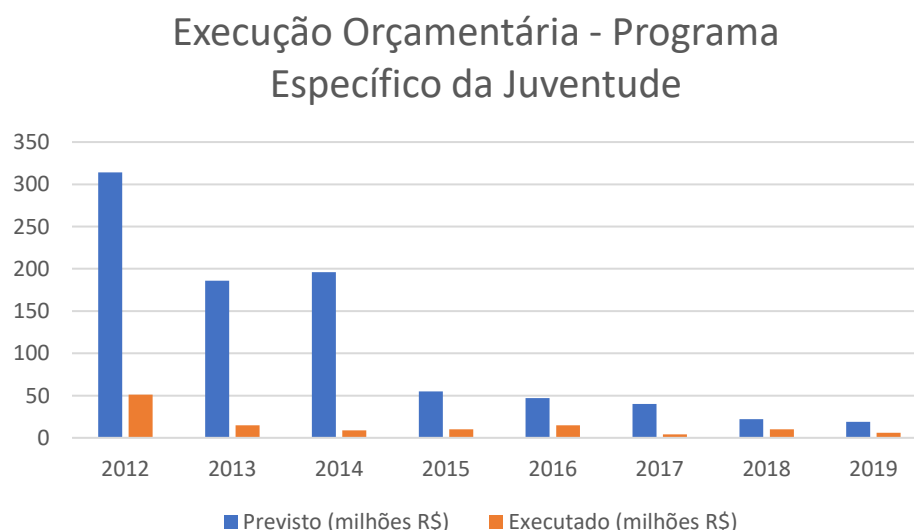
Os Programas Orçamentários específicos para o tema da Juventude apresentaram **baixa execução financeira**, conforme mostra o gráfico 4. Os anos de 2012 a 2014 são aqueles com **maior** previsão orçamentária, R\$ 314 milhões, R\$ 186 milhões e R\$ 196 milhões, respectivamente. Já 2019 é o ano com **menor** previsão orçamentária, R\$ 19 milhões. O ano de 2012 destaca-se como o ano de **maior** investimento efetivado, R\$ 51 milhões, sendo mais de R\$ 44 milhões investidos pelo **Ministério do Trabalho e Emprego** em ações de qualificação profissional para jovens. Esses recursos foram dirigidos para o Projovem, que possui outra fonte no Ministério da Educação, executada no Programa Educação Básica, não incorporado aqui. Já os anos de 2017 e 2019 são aqueles com o **menor investimento** da série histórica, R\$ 4 milhões e R\$ 6 milhões, respectivamente, dedicados a ações de institucionalização da política de juventude pela SNJ. O menor investimento nos últimos anos da série histórica retrata a menor densidade do Programa Promoção dos Direitos da Juventude, que fica com menos objetivos.

Essa queda de investimento no **programa específico** permite duas interpretações: uma apontaria para menor investimento na área, a outra

indicaria que as ações voltadas às juventudes podem ter sido diluídas em outros programas e ações cujo foco não é **específico** da juventude. Essa questão demanda um aprofundamento da investigação; no entanto, cabe ressaltar que o levantamento de todos os investimentos em objetivos que citavam jovens ou adolescentes foi feito (ver tabela 1), e mesmo considerando estes

investimentos distribuídos em outros programas, o volume de recursos **foi menor** - o que corrobora a primeira interpretação. Além disso, destaca-se que as juventudes demandam um olhar específico às suas necessidades e potencialidades; por consequência, é necessário **construir políticas efetivas para estes fins**.

Gráfico 4



Cabe lembrar que o programa **Autonomia e Emancipação da Juventude** (2012-2015) indicava dois órgãos como responsáveis por atingir os objetivos: o Ministério do Trabalho e Emprego foi responsável por 75% do orçamento executado, e a Presidência da República (onde estava a SNJ), por 25%.

O programa **Promoção dos Direitos da Juventude** (2016-2019) indicou dois órgãos para cumprir os objetivos; no entanto, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos não executou investimentos, ficando a Presidência da República responsável

por 100% dos investimentos realizados no período.

Como está distribuído o investimento de acordo com os eixos do Estatuto da Juventude?

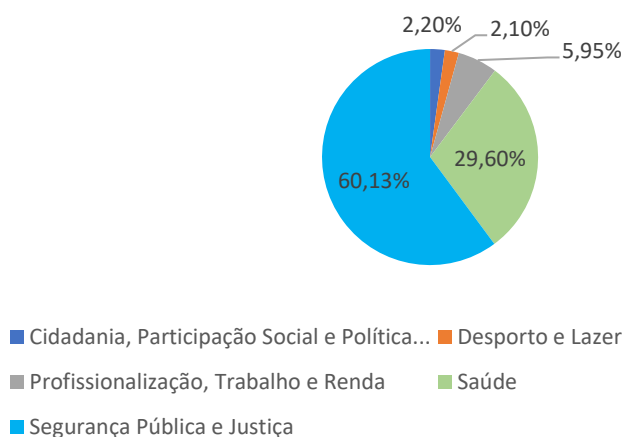
Com relação ao investimento nos objetivos relacionados à juventude nos PPAs, incluindo aqueles objetivos voltados à juventude que estão em outros Programas Orçamentários e sua relação com os eixos do **Estatuto da Juventude**, é possível perceber que alguns eixos não são contemplados. Temas como cultura e meio ambiente,

fundamentais para o desenvolvimento das juventudes, acabam não sendo citados expressamente em nenhum dos objetivos dos PPAs. Ainda que isso não seja o suficiente para afirmar a ausência de projetos desses temas para a juventude, tal lacuna pode indicar que os temas não têm recebido a atenção necessária. Esse dado é confirmado pelas poucas políticas mapeadas na seção descritiva “Panorama das Políticas de Juventude”, exibida no decorrer do texto.

Gráfico 5

Também é importante ressaltar que a política de educação não é marcada pela divisão etária - por esse motivo, torna-se difícil mapear objetivos que expressem os jovens como destinatários. A educação básica, por exemplo, abrange desde o período de alfabetização até a conclusão do ensino médio. Para registro, no *box* em destaque, está o detalhamento dos recursos dos Programas Orçamentários de **educação** dos PPAs analisados.

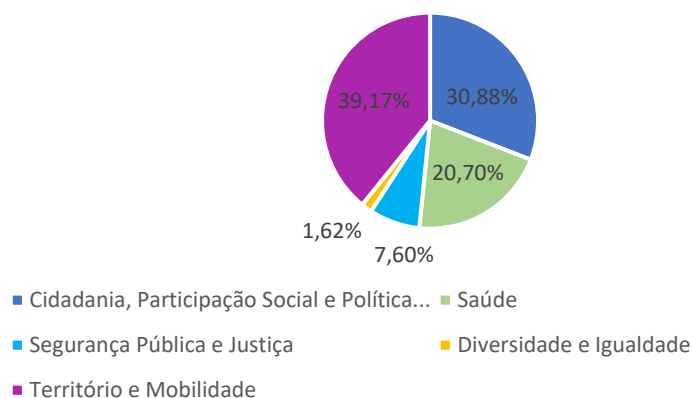
Investimento por eixo do Estatuto da Juventude
(PPA 2012-2015)*



*Considera um total investido de R\$ 976.086.777,00. Exclui o tema da Educação, apesar de presente no PPA.

Gráfico 6

Investimento por eixo do Estatuto da Juventude
(PPA 2016-2019)*



*Considera um total investido de R\$ 669.909.353,00. Exclui o tema da Educação, apesar de presente no PPA.



Previsão de Investimento em Educação*

PPA 2012-2016: R\$ 222,82 bi

PPA 2016-2019: R\$ 193,59 bi

PPA 2020-2023: R\$ 187,66 bi



*Valores não corrigidos

Como foi a execução orçamentária em cada órgão?

A divisão dos recursos por órgãos responsáveis em cumprir os objetivos da política de juventude está detalhada nas tabelas abaixo. Para o período de 2012-2015, a maior parte do valor executado foi pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o qual também apresenta maior eficácia na execução financeira. Sua participação está relacionada a ações de combate ao trabalho de crianças e adolescentes em condições ilegais. Chama a atenção o volume alto de recurso encaminhado ao Ministério do

Esporte e sua baixa execução - apenas 0,46% do previsto. Esses recursos previam, entre outras ações, as Praças da Juventude, equipamentos de convivência comunitária com estrutura esportiva. É provável que a previsão orçamentária para a pasta tenha sido influenciada pela realização da Copa do Mundo Fifa 2014. A Presidência da República, onde se encontrava a SNJ, ficou responsável principalmente por ações de articulação e institucionalização da política de juventude, e a Secretaria de Direitos Humanos, por ações no combate à violação de direitos.

Tabela 2 - Divisão dos recursos das políticas de juventude por órgão (2012-2015, sem saúde e educação)

Órgão	PPA 2012-2015		
	Percentual sobre a previsão total	Percentual sobre a execução total	Quanto executou do previsto
Ministério Desenvolvimento Social e Combate a Fome	10%	72%	74,02%
Presidência da República	2%	28%	19,31%
Secretaria dos Direitos Humanos	12%	14%	12,11%
Ministério do Trabalho e Emprego	9%	8%	9,69%
Ministério do Esporte	66%	3%	0,46%
Total em valor absoluto(R\$)	6.574.839.757,00	687.060.726,00	

Tabela 3 - Divisão dos recursos das políticas de juventude por órgão (2016-2019, sem saúde e educação)

Órgão	PPA 2016-2019		
	Recurso Previsto	Recurso Executado	Quanto executou do previsto
Presidência da República	49,08%	52,45%	40,02%
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	24,33%	24,23%	37,42%
Ministério da Justiça e Cidadania	26,58%	23,30%	32,83%
Total (R\$)	1.447.743.647,00	542.181.158,00	

Para o período de 2016-2019, a maior parte do recurso previsto foi direcionada à Presidência da República, que foi responsável por executar mais da metade do valor total investido e apresentou a maior eficiência, investindo 40,02% do recurso previsto. No geral, é possível perceber o baixo percentual de execução orçamentária. O primeiro período analisado, apesar

de uma previsão orçamentária menor para o recorte analisado, teve uma execução superior em valores absolutos, informação afinada aos demais dados encontrados sobre o período. Nesse detalhamento, é possível perceber melhor como o tema da juventude perdeu transversalidade, com menos objetivos e órgãos envolvidos.

Resumindo a seção

- Dentre os Planos Plurianuais analisados (2012-2015, 2016-2019 e 2020-2023), o último é o único que não confere um Programa Orçamentário específico para o tema da juventude.
- O PPA 2020-2023 é o que apresenta menor transversalidade do tema da juventude entre os órgãos da administração federal e entre diferentes eixos do Estatuto da Juventude.
- O PPA 2020-2023 e documentos de avaliação posteriores não detalham os investimentos direcionados a cada objetivo ou resultado intermediário, o que dificulta mapear os investimentos detalhados.
- Houve perda paulatina do espaço estratégico e orçamentário do tema da juventude no período analisado, acentuadamente no último PPA.
- O quadriênio 2012-2015 foi aquele com maior investimento no programa específico destinado à juventude e com maior articulação com as temáticas do Estatuto da Juventude.
- Todos os períodos verificados apresentaram baixo percentual de execução orçamentária.

3. Investimento em juventude na gestão referente a 2019-2022: mapeando previsão e execução

O mandato da atual gestão da Administração Pública Federal iniciou em 2019. Nesse ano ainda estava vigente o PPA desenvolvido pela administração anterior (presidente Michel Temer). No ano seguinte iniciou-se a execução do PPA desenvolvido pela atual gestão, referente ao período 2020-2023. A seção anterior demonstrou que **há diferenças quantitativas e qualitativas entre um PPA e outro, com destaque às simplificações realizadas por esse último.**

Uma das diferenças, senão a mais importante, é que o PPA vigente em 2019 compreendia um programa específico para a juventude, enquanto o novo PPA, com início em 2020, agrega todas as ações relacionadas aos direitos humanos e destinadas a políticas para grupos específicos, ações que antes estavam divididas em programas variados, em um único programa com um único objetivo, sem uma refinação e detalhamento. Tal cenário **dificulta a transparência, o monitoramento e a avaliação da atuação do governo federal.**

Logo, com o objetivo de identificar o lugar que a juventude ocupa na política da atual gestão, foi realizado um detalhamento dos anos 2019 e 2020. Apesar de 2019 compreender o PPA da gestão anterior, é importante destacar como a atual gestão executou o que foi previsto. Já no que diz respeito a 2020, devido à falta de informações no PPA, é necessário identificar o que foi realizado de fato especificamente para juventude.

Assim, foram consultadas fontes diversas aos PPAs para o desenvolvimento desta seção (a descrição encontra-se na seção 6, referente à metodologia).

3.1. Investimento em juventude no ano 2019

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) foi criado a partir da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, no início do atual mandato presidencial, na qual foi estabelecida a nova organização da Administração Pública Federal. Essa medida provisória foi convertida na Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. No artigo 43 da referida lei, constam como uma das áreas de competência do Ministério as políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos, incluídos os direitos da juventude. O artigo 44 inclui na estrutura básica do MMFDH a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ).

No entanto, durante o ano de 2019 ainda estava em vigor o PPA referente a 2016-2019 - elaborado, portanto, na gestão anterior. Logo, no primeiro ano do atual mandato presidencial, apesar de a Administração Pública Federal se organizar em uma nova estrutura, as políticas do MMFDH estavam contempladas nos programas estabelecidos anteriormente:

- Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

- Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo
- Promoção dos Direitos da Juventude
- Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes
- Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência
- Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Após a reestruturação, foi elaborado o programa orçamentário Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos, que passa a fazer parte do PPA 2020-2023. Esse novo programa incorpora todos os demais anteriores e representa o Ministério no Planejamento Plurianual do Governo

Federal. De forma integrada ao PPA 2020-2023, o MMFDH publicou a Portaria nº 2.467, de 6 de setembro de 2019, que institui o Programa Juntos pela Vida: Família e Direitos Humanos. Esse programa diz respeito ao planejamento estratégico específico do Ministério para o quadriênio 2019 - 2023. Estão previstos nesse planejamento um conjunto de objetivos estratégicos divididos em "resultados para a sociedade" (R), "processos internos" (PI) e "aprendizado e crescimento" (A).

O Relatório de Gestão de 2019 do MMFDH apresenta as **principais realizações** em 2019 de acordo com os objetivos estratégicos. Tais realizações foram sintetizadas no que diz respeito **especificamente à juventude**.

Tabela 4: Principais realizações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos por objetivo estratégico

OBJETIVO ESTRATÉGICO	R1. Fortalecer a cultura, a educação e as informações integradas de direitos humanos em âmbito nacional
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	Estudo sobre prevenção e enfrentamento ao uso de drogas pelos jovens e atuação da família - solicitado pela Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED) do Ministério da Cidadania.
	Curso EAD Inova Jovem
	Fórum Nacional de Juventude
	Ação Nacional do Dia do Teatro para a Infância e Juventude
	Instituição do Prêmio de Inovação em Políticas Públicas para a Juventude - 1ª edição
	Contratação de Consultor para consultoria com o tema "Saúde Mental dos Jovens"

	<p>Contratação de Consultor para consultoria com o tema "Manual do Jovem Empreendedor Rural"</p> <p>Capacitação de jovens no Empreenda Jovem Urbano</p> <p>Reunião Especializada de Juventude do MERCOSUL</p> <p>V Fórum de Juventude do BRICS</p>
OBJETIVO ESTRATÉGICO	R2. Garantir a melhoria da qualidade dos serviços de proteção e defesa dos direitos humanos
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	<p>Lançamento do Guia do Sistema Nacional da Juventude (Sinajuve): Uma Gestão Conectada e Interativa</p> <p>Disponibilização de linha de crédito para jovens empreendedores</p> <p>Realização de 28 convênios para implantação de Espaços 4.0</p>
OBJETIVO ESTRATÉGICO	R3. Fortalecer a transversalidade interinstitucional e intergovernamental das políticas da mulher, da família e dos direitos humanos
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	Criação da Frente Parlamentar Mista da Juventude
OBJETIVO ESTRATÉGICO	P4. Fortalecer o diálogo social de participação política, democrática e igualitária de direitos humanos
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	<p>Seminário Nacional da Juventude</p> <p>Reuniões de Mesa Ampliada do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)</p> <p>Organização da 4ª Conferência Nacional da Juventude (prevista para 2019, mas adiada)</p>
OBJETIVO ESTRATÉGICO	P5. Fortalecer os mecanismos de gestão, governança e comunicação do desenvolvimento de direitos humanos em âmbito nacional
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	Elaboração de documentos para formulação de minuta de Decreto que atualiza e regulamenta o Conselho Nacional da Juventude
OBJETIVO ESTRATÉGICO	P6. Garantir o acesso à informação de forma transparente e tempestiva e a comunicação efetiva com a sociedade
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	Seminário do Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE) para Gestores Estaduais

OBJETIVO ESTRATÉGICO	P10. Fomentar a interdependência entre os segmentos de direitos humanos
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	Seminário "O Protagonismo da Mulher Jovem no Brasil"
OBJETIVO ESTRATÉGICO	A6. Aperfeiçoar a captação e aplicação dos créditos
PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	Projeto Espaço 4.0 nos modelos container, Kits equipamentos e itinerante.

A dotação orçamentária do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) em 2019 inicialmente autorizada pela Lei Orçamentária Anual foi de R\$ 470.777.401,00. Devido à nova estrutura do Ministério, que incorporou outras unidades da Administração Pública Federal, essa dotação foi suplementada em R\$ 139.669.477,00, o

que redimensionou o orçamento para R\$ 610.446.878,00. Do total do orçamento autorizado, foi empenhado o valor de R\$ 435.941.466,43. Desse valor que foi empenhado, foram pagos em despesas o valor de R\$ 213.271.854,83 e em despesas de exercícios anteriores o valor de R\$ 136.089.558,

Valor - Empenhado

É o valor que o órgão público reserva para efetuar um pagamento planejado, podendo ocorrer após a assinatura de um contrato de prestação de serviço por exemplo.



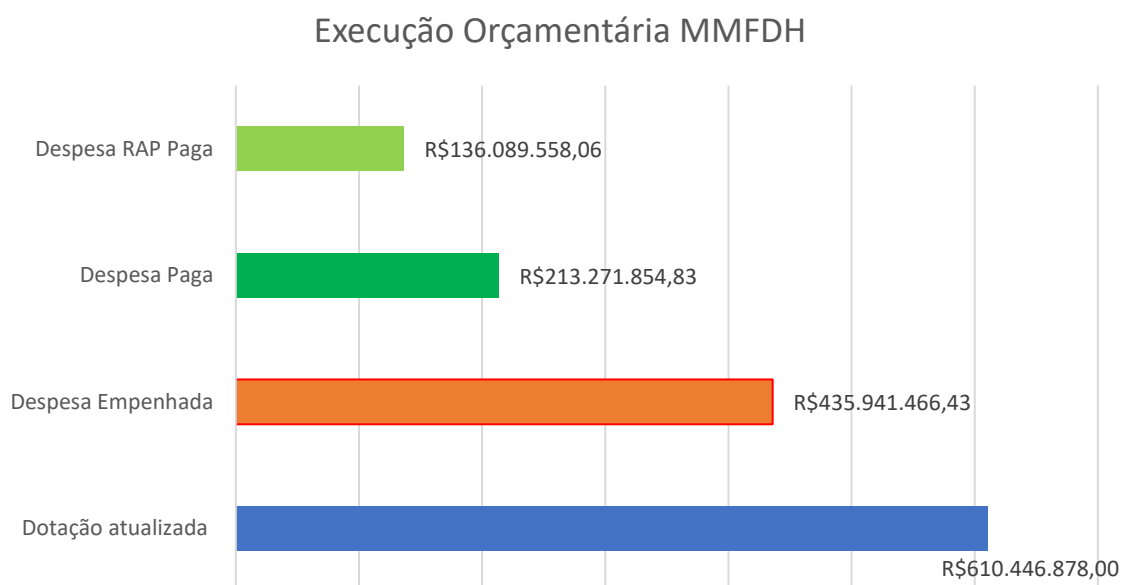
Valor - Pago

Caracteriza-se pela emissão do cheque ou ordem bancária em favor do credor. Quando o prestador de serviço receber o valor do serviço concluído este é considerado o valor pago por exemplo.

Valor - Restos a Pagar (RAP)

Restos a Pagar são as despesas com compromisso de utilização no orçamento, mas que não foram pagas até o dia 31 de dezembro.

Gráfico 7



Assim, temos que o valor empenhado corresponde a 71% do que foi autorizado. **No que diz respeito ao valor executado em despesa paga, esse**

corresponde a 49% do empenho. O valor empenhado foi distribuído pelos programas da seguinte forma (valores aproximados):

Tabela 5: Distribuição do orçamento por programas

Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	33%
Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	15%
Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência	13%
Promoção dos Direitos da Juventude	4%
Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo	2%
Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência	1%

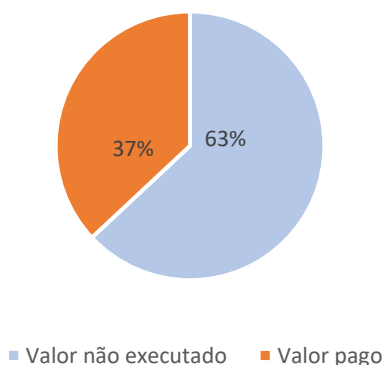
Além desses programas, também foram empenhados 33% do valor para a gestão e manutenção do Ministério e 2% em outros (não discriminado no

relatório de gestão). Sobre o programa específico para juventude (Promoção dos Direitos da Juventude), os 4% do valor empenhado correspondem a

R\$17.064.765,45. Desse valor foram efetivamente pagos R\$ 6.307.408,54, ou seja, 37% do valor.

Gráfico 8

Promoção dos Direitos da Juventude



Todas as ações da Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) em 2019 fazem parte do programa Promoção dos Direitos da Juventude. Do total do valor empenhado no programa, a SNJ foi

responsável por R\$ 8.559.007,83 e executou de fato o pagamento de R\$ 1.095.784,27 (13% do valor pelo qual ficou responsável).

Gráfico 9

Promoção dos direitos da juventude: SNJxTotal

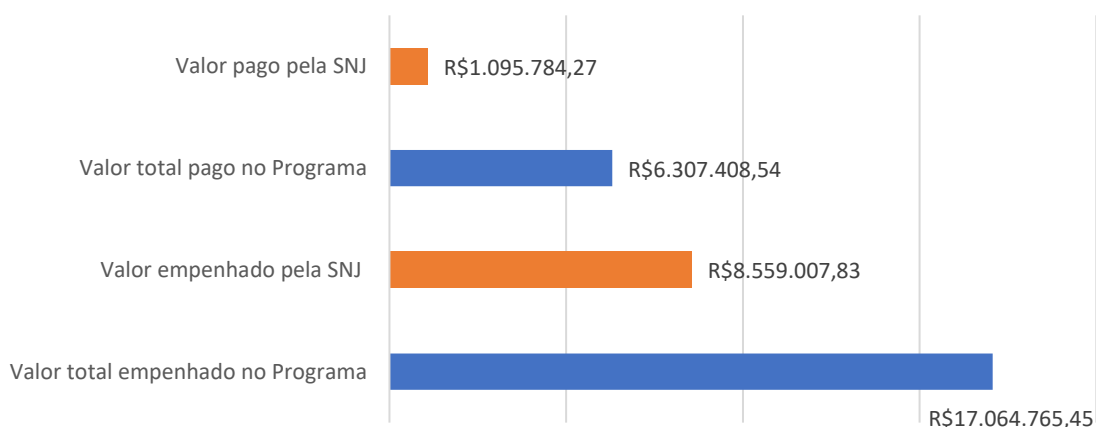
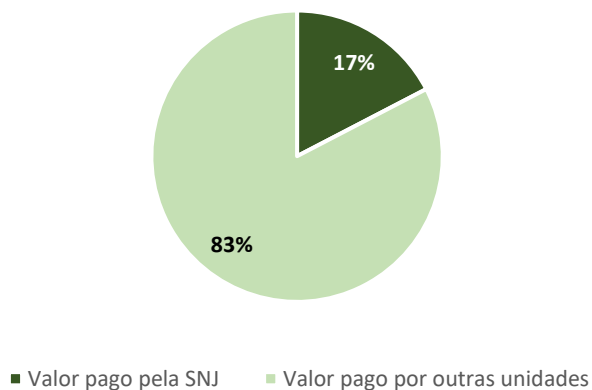


Gráfico 10

Promoção dos direitos da juventude: Valor Pago SNJ x Valor pago por outras unidades

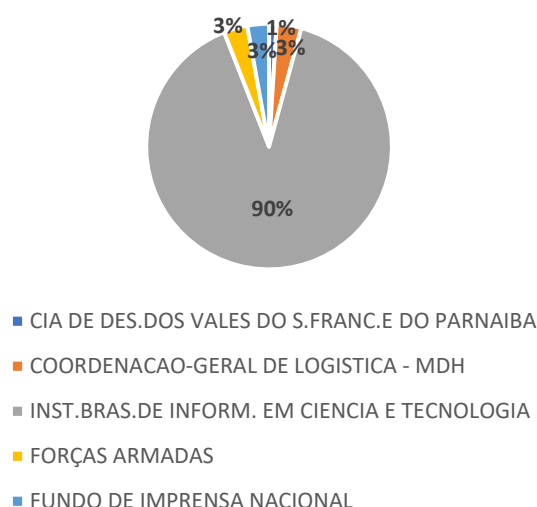


Segundo o relatório de gestão do Ministério, em 2019, 81% do orçamento da SNJ foi executado com o programa Espaço 4.0. O valor restante dividiu-se entre a organização da Conferência Nacional (7%), o Curso de Gestão de Finanças Pessoais (4%), o Desenvolvimento do SINAJUVE (4%) e a organização do Fórum Nacional da Juventude (4%).

Quais são as outras unidades gestoras do recurso?

Vimos que de fato a SNJ executou aproximadamente 17% do orçamento do programa específico para juventude em 2019; logo, para visualizar o lugar que a juventude ocupa na atual gestão do Governo Federal, é importante identificar quais são as outras unidades que geriram o recurso. O valor pago restante (83%) está distribuído da seguinte forma:

Outras Unidades Gestoras



A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) executou aproximadamente R\$ 52.276,62. Todo o valor executado pela Companhia é destinado ao Projeto Amanhã. Esse projeto foi criado em 1993 pela Codevasf, a qual fomenta a organização e capacitação de jovens da área rural entre 14 e 26 anos. O projeto visa gerar emprego e renda, inserindo os jovens no mercado de trabalho, além de promover atividades educativas, práticas de empreendedorismo e associativismo.

A Coordenação-Geral de Logística (CGL) do Ministério executou aproximadamente R\$ 171.076,95. É de competência da CGL a função administrativa de logística interna do MMFDH. Assim, todo o recurso foi gasto na área de atuação classificada como "direitos da cidadania" com a subfunção de "administração geral". Mais de 65% do valor foi gasto em "passagens e despesa com locomoção".

O Instituto Brasileiro de Informação de Ciência e Tecnologia (IBICT) foi a instituição que executou a maior parte do recurso do programa específico para a juventude (Promoção dos direitos da juventude) em 2019. O IBICT é o órgão que coordena as atividades de informação de Ciência e Tecnologia no país. Desde 2018, o IBICT tem parceria com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, por meio da Secretaria Nacional da Juventude, com um projeto de pesquisa para, sobretudo, a operacionalização do Sinajuve a partir do desenvolvimento de sistemas de informatização. O Instituto executou o valor aproximado de R\$ 4.726.622,35. Esse valor representa 75% de todo o valor pago no programa. Toda a execução financeira foi classificada na subfunção de "administração geral".

Compõem as Forças Armadas o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. O valor pago total pelas Forças Armadas no programa Promoção dos direitos da

juventude foi de aproximadamente R\$ 164.279,76. Desse valor, 84% foram gastos com equipamentos e material permanente e material de consumo. A

execução financeira das Forças Armadas foi classificada na subfunção de "administração geral". As unidades gestoras são as seguintes:

Tabela 6: Unidades Gestoras das Forças Armadas

EXÉRCITO	MARINHA	AERONÁUTICA
36º BATALHÃO DE INFANTARIA MECANIZADO	ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS DE SC	BASE AÉREA DE ANÁPOLIS
GRUPAMENTO DE APOIO DE S J CAMPOS	ESCOLA DE APRENDIZES-MARINHEIROS DO CEARA	BASE AÉREA DE CANOAS
DEPOSITO CENTRAL DE MUNICAO	COLEGIO NAVAL	BASE AEREA DE NATAL
COMANDO DO 7.DN		BASE AEREA DE FLORIANOPOLIS
1ª COMPANHIA DE INFANTARIA		BASE AEREA DE CAMPO GRANDE

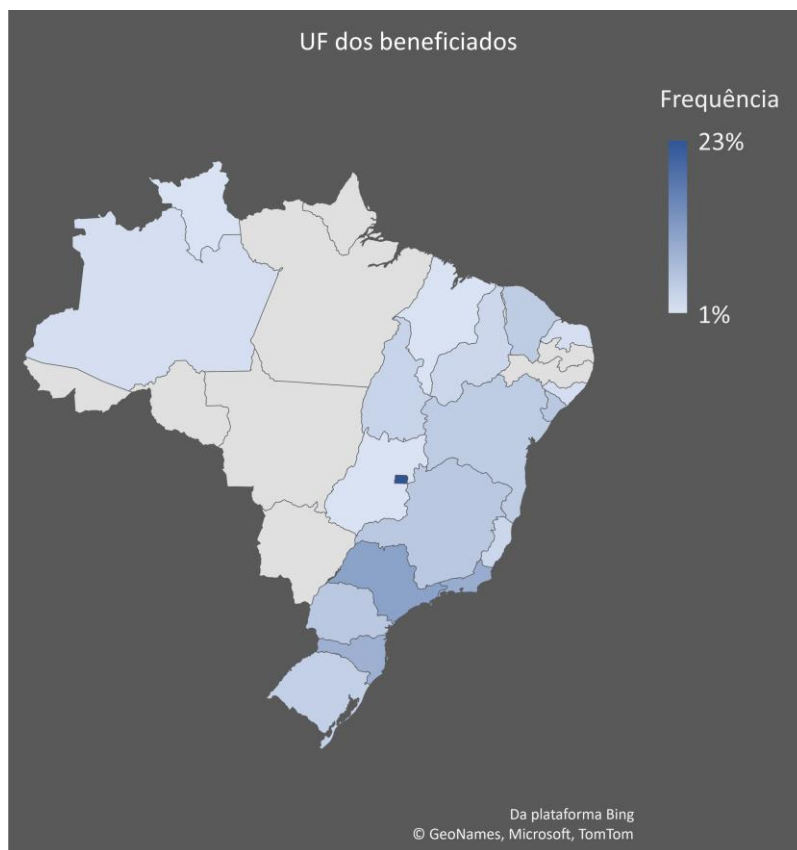
O **Fundo de Imprensa Nacional (Funin)** é destinado a arrecadar receitas próprias e centralizar recursos para o funcionamento, a gestão e a manutenção da Imprensa Nacional. Também financia suas atividades operacionais. O Funin executou aproximadamente R\$ 149.645,21 do valor pago do programa Promoção de direitos da juventude. O valor gasto foi classificado na subfunção de "administração geral".

Quais foram as unidades da federação dos beneficiados com o recurso?

Vimos que do recurso do programa Promoção dos Direitos da Juventude, aproximadamente 75% foram executados pelo IBICT, 17% pela Secretaria Nacional da Juventude e o restante pelo Codevasf, CGL, Forças Armadas e Funin. Mais de 95% dos valores pagos pelas unidades executoras têm possibilidade de **aplicação nacional**, ou seja, não são restritos a um estado específico. No entanto, os beneficiados com o recurso estão vinculados a alguma unidade da federação. **A frequência dos estados que estão vinculados os beneficiários dos recursos segue a seguinte distribuição:**

Gráfico 12

Estado	Frequência
DF	23%
SP	11%
RJ	9%
SC	9%
MG	5%
PR	5%
SE	5%
BA	5%
CE	5%
RS	4%
TO	3%
ES	3%
PI	3%
AL	2%
AM	2%
PA	2%
RN	2%
GO	1%
MA	1%
RR	1%



O mapa de calor destaca em azul os estados dos CNPJs que receberam recursos. Quanto mais escuro o azul, mais vezes o recurso foi destinado a um beneficiado daquele estado. No que diz respeito ao Distrito Federal, por vezes, quando o beneficiário é um órgão da administração pública direta, o DF fica com o registro. Esse pode ser o motivo da desproporcionalidade em relação às demais unidades federativas.

No geral, como foi gasto o recurso específico para juventude?

Dado anteriormente um olhar refinado na execução do recurso, será agora detalhado como o dinheiro foi reservado para ser gasto, ou seja, serão analisados os valores que foram empenhados. Logo, mesmo que não se tenha de fato executado o recurso no ano de 2019, o que será evidenciado é a intenção do Governo Federal a partir da previsão do gasto.



Função

Maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão. Há situações em que o órgão pode ter mais de uma função típica. Nesses casos, deve ser selecionada, entre as competências institucionais, aquela que está mais relacionada com a ação.

Subfunção

Representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar a natureza da atuação governamental.

Tabela 7: Funções e subfunções da despesa pública

Funções	Subfunções	
Legislativa	Ação Legislativa	Ensino Fundamental
Judiciária	Controle Externo	Ensino Médio
Essencial à Justiça	Ação Judiciária	Ensino Profissional
Administração	Defesa do Interesse Público no	Ensino Superior
Defesa Nacional	Processo Judiciário	Educação Infantil
Segurança Pública	Defesa da Ordem Jurídica	Educação de Jovens e
Relações Exteriores	Representação Judicial e	Adultos
Assistência Social	Extrajudicial	Educação Especial
Previdência Social	Planejamento e Orçamento	Educação Básica
Saúde	Administração Geral	Patrimônio Histórico,
Trabalho	Administração Financeira	Artístico e
Educação	Controle Interno	Arqueológico
Cultura	Normatização e Fiscalização	Difusão Cultural
Direitos da Cidadania	Tecnologia da Informação	Custódia e
Urbanismo	Ordenamento Territorial	Reintegração Social
Habitação	Formação de Recursos	Direitos Individuais,
Saneamento	Humanos Administração de	Coletivos e Difusos
Gestão Ambiental	Receitas	Assistência aos Povos
Ciência e Tecnologia	Administração de Concessões	Indígenas
Agricultura	Comunicação Social	Infraestrutura Urbana
Organização Agrária	Defesa Aérea	Serviços Urbanos
	Defesa Naval	Transportes Coletivos
	Defesa Terrestre	Urbanos
	Policiamento	Habitação Rural
	Defesa Civil	Habitação Urbana
	Informação e Inteligência	Saneamento Básico
	Relações Diplomáticas	Rural
	Cooperação Internacional	Saneamento Básico
	Assistência ao Idoso	Urbano
	Assistência ao Portador de	Preservação e
	Deficiência	Conservação Ambiental
	Assistência à Criança e ao	Controle Ambiental
	Adolescente	Recuperação de Áreas
	Assistência Comunitária	Degradadas
	Previdência Básica	Recursos Hídricos
	Previdência do Regime	Meteorologia
	Estatutário	

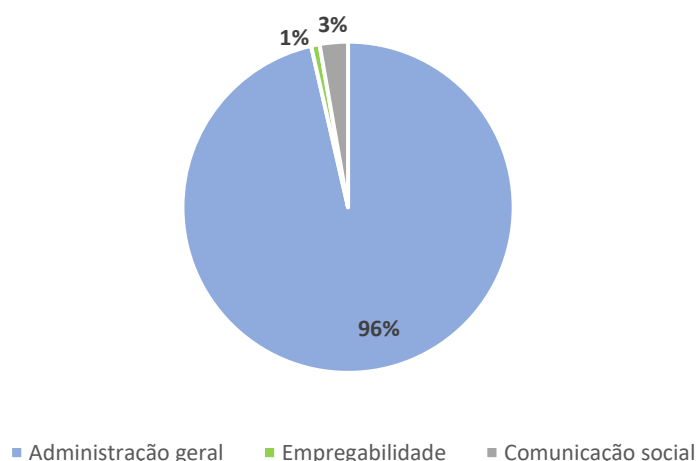
Previdência Complementar	Desenvolvimento Científico
Previdência Especial	Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia
Atenção Básica	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Abastecimento
Suporte Profilático e Terapêutico	Extensão Rural
Vigilância Sanitária	Irrigação
Vigilância Epidemiológica	Promoção da Produção Agropecuária
Alimentação e Nutrição	Defesa Agropecuária
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	Reforma Agrária
Relações de Trabalho	Colonização
Empregabilidade	
Fomento ao Trabalho	

As despesas do Governo Federal são classificadas em funções e subfunções conforme o discriminado na tabela 7. A função na qual estão classificados os valores do programa específico para juventude está dividida em três grupos: Direitos da Cidadania, Administração e Trabalho. Mais de 50% das ações

orçamentárias estão classificadas no primeiro grupo. Em cada uma dessas áreas os valores correspondem a subfunções. Tais subfunções estão distribuídas da seguinte forma, conforme os valores reservados para gasto (empenho):

Gráfico 13

Subfunções - valores empenhados



Percebe-se que o investimento em juventude no ano de 2019 foi sobretudo para atividades administrativas, seguidas de atividades de publicidade e

de atividades que visam o fomento, a inserção e a qualificação para o mercado de trabalho. No entanto, essas últimas não apresentam expressividade,

visto que aproximadamente 96% do recurso foi reservado para administração.

Plano Orçamentário (PO)

É uma identificação orçamentária de caráter gerencial que tem por finalidade permitir que tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução ocorram num nível mais detalhado.



Elemento da despesa

Tem por finalidade identificar os objetos de gasto que a Administração Pública utiliza para a consecução de seus fins.

Grupo da Despesa

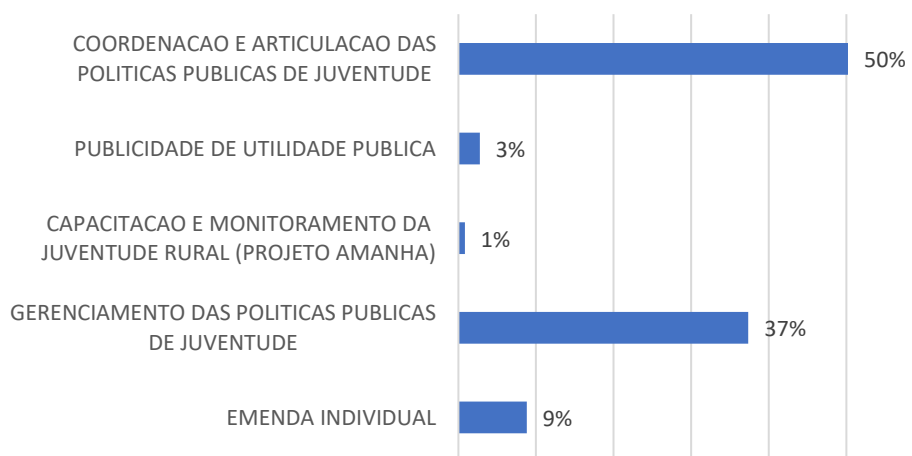
é um agregador de elemento de despesa: (1) pessoal e encargos sociais; (2) juros e encargos da dívida; (3) outras despesas correntes; (4) investimentos; (5) inversões financeiras e (6) amortização da dívida.

As ações orçamentárias são ainda vinculadas a planos orçamentários (PO). Os valores empenhados no programa

Promoção dos Direitos da Juventude estão distribuídos nas seguintes identificações de POs:

Gráfico 14

Plano Orçamentário - Valores Empenhados

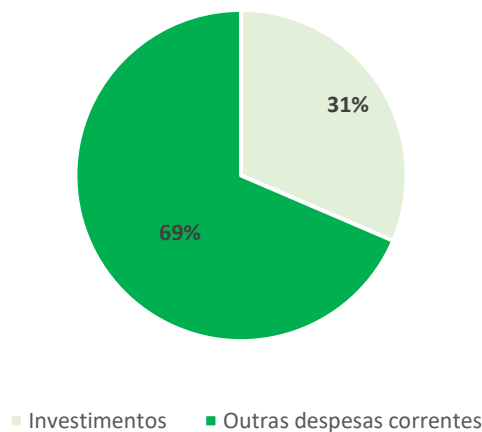


As ações identificadas como Coordenação, articulação e gerenciamento das políticas de juventude e aquelas oriundas de emendas individuais são de atuação administrativa. Já aquelas referentes à publicidade de utilidade pública e ao Projeto Amanhã são de atuação de comunicação e empregabilidade respectivamente.

Por fim, é importante destacar quais foram os gastos de fato, ou seja, os elementos da despesa. Tais elementos são agrupados no chamado grupo de natureza da despesa (GND). No caso, relacionado ao programa específico para juventude, configura-se a seguinte distribuição.

Gráfico 15

Grupo da despesa



Segundo o Manual Técnico Orçamentário de 2019, os investimentos correspondem às despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos

e material permanente. Já as outras despesas correntes dizem respeito àquelas despesas orçamentárias com aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio alimentação, auxílio-transporte, entre outras. Os elementos da despesa classificados nesses dois grupos são os seguintes:

Tabela 8: Elemento da despesa

Elemento da despesa	Valor empenhado (aproximado)
Contribuições	R\$ 8.461.023,51
Outros serviços de terceiros - PJ	R\$ 6.796.099,94
Material de Consumo	R\$ 882.838,00
Equipamentos e material permanente	R\$ 596.842,55
Passagem e despesas com locomoção	R\$ 217.276,40

Serviços TIC	R\$	119.361,82
Locação de Mão-de-Obra	R\$	116.559,68
Outros serviços de terceiros - PF	R\$	21.303,70
Indenizações e Restituições	R\$	1.708,05
Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$	1.270,00
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$	379,00

Contribuições

Despesas orçamentárias às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e que não sejam reembolsáveis pelo recebedor.



Serviços de Pessoa Jurídica

Despesas orçamentárias decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, exceto as relativas aos Serviços de TIC. Tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação; fretes e carretos; locação de imóveis; locação de equipamentos e materiais permanentes; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral; serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-refeição; auxílio-creche; entre outros.

Os valores relativos a contribuições e serviços de pessoa jurídica correspondem a 88% do valor empenhado no programa. Já os valores de material de consumo e equipamentos e material permanente somam 8% do valor. Logo, 96% do valor empenhado diz respeito a esses quatro tipos de elemento da despesa.

3.3. Investimento em juventude em 2020

Como vimos anteriormente, em 2020 deu-se início a execução do PPA 2020-2023 elaborado pela atual gestão. Todos os programas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) executados no PPA anterior foram incorporados a um único programa: **Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos**. O programa resume-se em um único objetivo: *Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos*

serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos. Essa simplificação do PPA dificulta a transparência da execução dos recursos nas especificidades de cada população para a qual as políticas públicas do Ministério são destinadas, como é o caso específico da juventude.

Com a reestruturação do MMFDH em 2019 criou-se, além do programa que representa o Ministério no PPA, o planejamento estratégico do quadriênio (2019-2023). Nesse planejamento encontram-se objetivos estratégicos (já evidenciados na seção anterior) aos quais destinam-se suas ações. Em 2020 especificamente foi criado ainda o Plano de Ação Global - PAG 2020 que definiu iniciativas estratégicas para aceleração do desempenho para alcançar os resultados considerados prioritários pelo órgão para 2020.

Dentro do planejamento estratégico, como principais resultados do exercício de 2020, o Relatório de Gestão do MMFDH descreve dois indicadores específicos relacionados à juventude,

que atendem a dois objetivos do planejamento, os quais são geridos pela SNJ. Ambos dizem respeito ao Programa ID Jovem.

Tabela 9: Principais resultados por objetivo estratégico

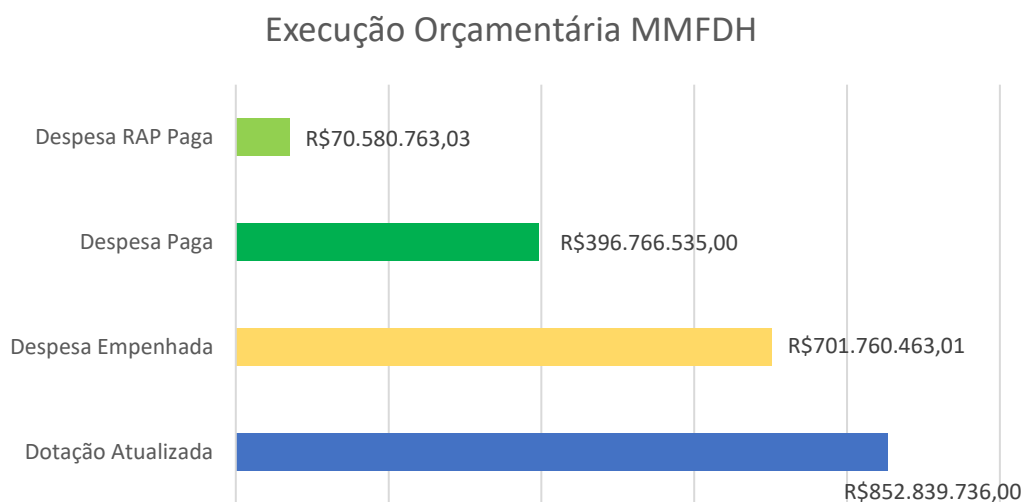
Objetivo Estratégico	Indicador Estratégico	Resultado 2020
P4 - Fortalecer o diálogo social de participação política, democrática e igualitária de direitos humanos	SNJ-01: Número de jovens inscritos no Programa ID JOVEM (Somatório do número de jovens inscritos no Programa ID JOVEM)	822.644
P5 - Fortalecer os mecanismos de gestão, governança e comunicação do desenvolvimento de direitos humanos em âmbito nacional	SNJ-02: Índice de reclamações do ID Jovem (Número total de reclamações/Número total de cadastros)*100% ao mês	2,73%

Com relação ao **Plano de Ação Global, o PAG - 2020** estabelece 7 iniciativas estratégicas, entre elas uma direcionada especificamente à juventude: o Programa Horizontes. O Relatório de Gestão indica como principais resultados do programa seu lançamento e a seleção de instituições parceiras para capacitação dos jovens. Ainda, estabelece como expectativa que em 2021 sejam certificados 10 mil jovens em cursos do programa e até 2023, 30 mil.

O Relatório de Gestão do MMFDH destaca ainda que foram criados planos de contingenciamento devido ao contexto de pandemia. Como resultado das ações previstas nos planos destaca-

se um específico à juventude: a disponibilização de mais de 156 cursos EaD para jovens na plataforma SINAJUVE.

A dotação orçamentária do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos autorizada inicialmente na LOA (2020) foi de R\$ 610,4 milhões; devido a pandemia, ao longo do ano foram acrescidos créditos adicionais, chegando no valor de R\$ 852.839.736,00. Desse valor foi realizado o empenho de R\$701.760.463,01; no entanto, o valor de despesas pagas corresponde a R\$396.766.535. Em relação às despesas de exercícios anteriores (RAP), foram pagos R\$70.580.763,03.



Assim, temos que o valor empenhado corresponde a 82% do que foi autorizado. No que diz respeito ao valor executado em despesa paga, esse corresponde a 57% do empenho. Como em 2020 há um único programa responsável por todas as políticas do Ministério, independentemente da população contemplada, o valor empenhado foi distribuído da seguinte forma (valores aproximados): **78% de empenho no programa Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos** (R\$544.766.641,78), com o

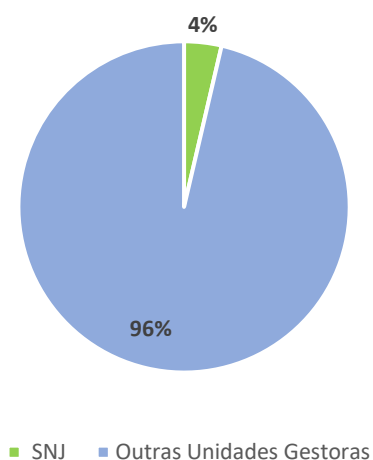
restante destinado a Operações Especiais e Gestão e Manutenção do Poder Executivo. Já o que diz respeito ao valor gasto, foi executado no programa 52% do empenho.

Nesse programa, que agrega políticas para diversos grupos, como fica a juventude?

Como não há um programa específico para mapear o investimento na juventude em 2020, foram identificados os recursos e as ações nos quais a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) tem a competência, entre outras, de coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude

Gráfico 17

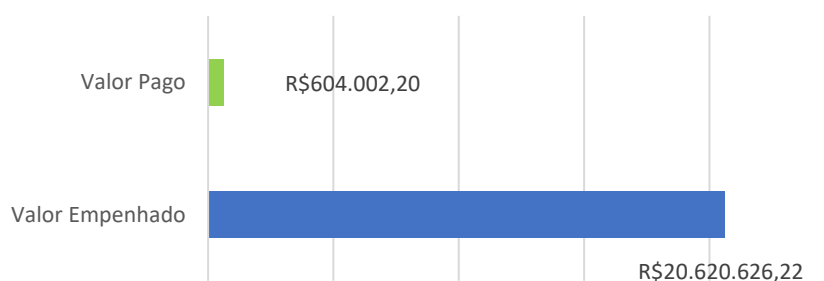
Valor Empenhado SNJ



A SNJ ficou responsável por 4% do valor total empenhado pelo Ministério, o que corresponde a R\$20.620.626,22. Desse valor foram executados apenas 3%.

Gráfico 18

Execução da despesa SNJ



A execução da despesa da Secretaria Nacional da Juventude tem a seguinte distribuição:

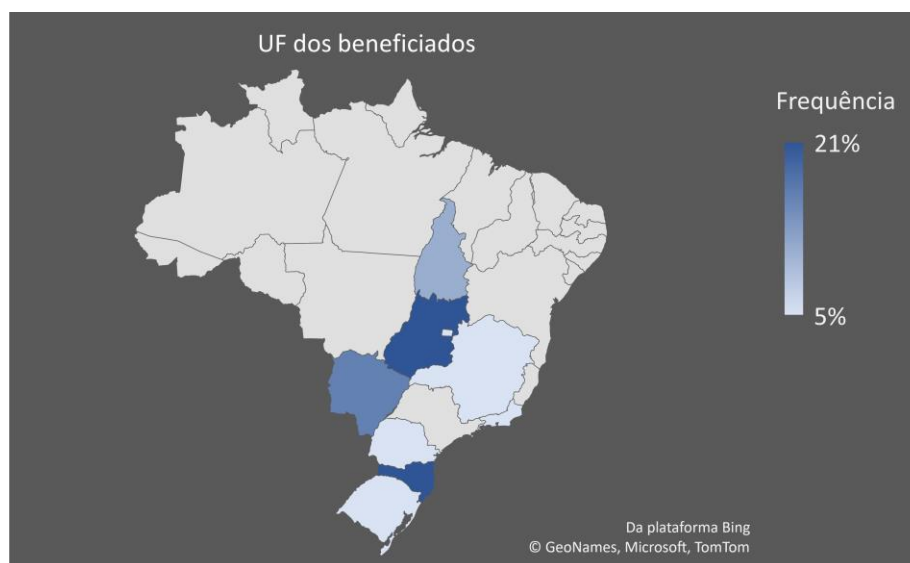
Tabela 10: Despesa da SNJ

Identificação	Valor Empenhado	Valor Pago
Funcionamento Conselho Nacional da Juventude	R\$ 104.002,20	R\$ 104.002,20
Emenda Individual	R\$ 14.741.125,59	0
Emenda Comissão	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
Emenda Relator	R\$ 5.275.498,43	0

Todo o recurso referente ao valor executado foi para **aplicação nacional**. As unidades da federação dos

beneficiários que com mais frequência receberam recurso apresentam a seguinte distribuição:

Estado	Frequência
GO	21%
SC	21%
MS	16%
TO	11%
MG	5%
DF	5%
RJ	5%
RS	5%
PR	5%



O mapa de calor indica que os estados dos beneficiários que receberam mais vezes recursos são aqueles nas tonalidades mais escuras de azul. Destacam-se, portanto, Goiás, Santa

Catarina e Mato Grosso do Sul. **Todo o valor executado foi classificado na função Direitos da Cidadania e subfunção Direitos Coletivos, Individuais e Difusos.** Os gastos têm a seguinte distribuição:

Tabela 11: Elementos da despesa

Elemento da Despesa	Valor Pago
Contribuições	R\$ 500.000,00
Outros serviços de terceiros - PF	R\$ 83.305,50
Despesas de Exercícios Anteriores	R\$ 20.696,70

Aproximadamente 83% dos valores pagos foram para contribuições. Todos os elementos sobre os quais foi executada a despesa estão classificados no grupo Outras Despesas Correntes.

Além da SNJ, existe algum outro órgão que executou ações voltadas especificamente para juventude em 2020?

Quanto ao planejamento de 2020, não há outras ações orçamentárias executadas com o foco específico à juventude. No entanto, ao se analisar a execução da despesa pública do Governo Federal detalhadamente, foi identificada a ação orçamentária referente ao Funcionamento de centros públicos de atendimento a juventude.

Tal ação faz parte do programa Proteção Social à infância, adolescência e juventude. Esse programa não faz parte dos últimos PPAs. Ele não existe mais no planejamento do Governo Federal. No entanto, houve execução de despesa relacionada a esse programa.

O órgão responsável pelos valores pagos foi o Departamento da Polícia Rodoviária Federal, vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. As despesas têm as seguintes características:

Tabela 12: Características da despesa gerida pelo DPRF

Unidade Executora	Área de atuação	Elemento da Despesa	Valor Pago
Superintendência reg. Pol. Rodv. Federal-RS	Assistência Social	Diárias-Civil	R\$ 2.628,80
Superintendência reg. Pol. Rodv. Federal-MG	Assistência Social	Diárias-Civil	R\$ 5.237,20
Superintendência reg. Pol. Rodv. Federal-RJ	Assistência Social	Diárias-Civil	R\$ 14,513,30



Diárias Civil

Despesas orçamentárias com cobertura de alimentação, pousada e locomoção urbana, do servidor público estatutário ou celetista que se desloca de sua sede em objeto de serviço, em caráter eventual ou transitório, entendido como sede o Município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício em caráter permanente.

Resumindo a seção

2019

- O investimento em políticas específicas para a juventude em 2019 foi centralizado no programa Promoção de Direitos para a Juventude;
- O recurso para o programa correspondeu a 4% do orçamento do MMFDH;
- Foi empenhado o valor de R\$17.064.765,45, desse valor apenas 37% foi executado e do executado, apenas 17% foi gerido pela SNJ (1.095.784,27);
- As unidades da federação vinculadas aos beneficiários do recurso mais frequentes foram São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e o Distrito Federal;
- O investimento foi principalmente para atuação administrativa.

2020

- Não há um programa orçamentário específico para a juventude em 2020. Todas as ações relacionadas aos grupos específicos fazem parte do programa Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos;
- A SNJ ficou responsável por 4% do valor total empenhado pelo Ministério, o que corresponde a R\$20.620.626,22. Desse valor foram executados apenas 3%;
- Quanto ao planejamento de 2020, não há outras ações executadas com o foco específico para juventude além daquelas geridas pela SNJ.

4. Orçamento da Secretaria Nacional da Juventude

O investimento do Governo Federal em políticas públicas especificamente para juventude tem como principal referência o orçamento destinado para Secretaria Nacional da Juventude (SNJ). Assim, quando identificamos quanto do orçamento é destinado às ações da secretaria, podemos perceber a tendência do lugar que a juventude ocupa na agenda da gestão da administração pública do período referente.

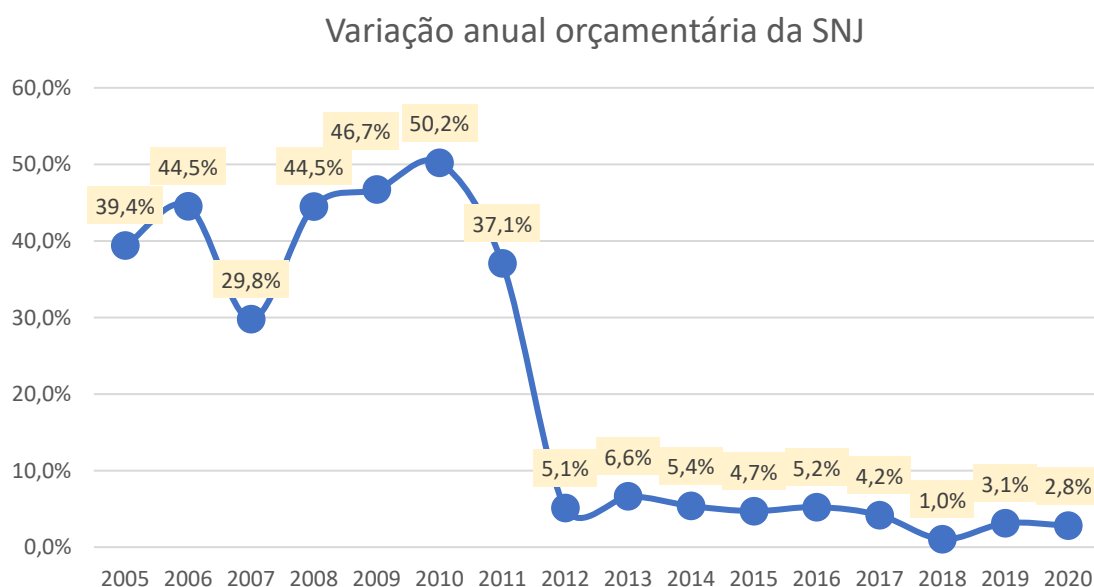
Como foi a variação anual orçamentária da SNJ?

Os programas e ações orçamentários geridos pela Secretaria Nacional da Juventude estiveram, desde a origem da secretaria, vinculados a duas unidades orçamentárias. Durante o período de 2005 até 2015, fizeram parte da Presidência da República; no ano de 2016 fizeram parte da unidade

orçamentária referente aos Direitos Humanos (chamado na época de Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos); em 2017 e 2018, novamente passam a compor a unidade orçamentária Presidência da República; já no período da gestão atual (2019 e 2020), os programas e ações geridos pela SNJ voltam a estar vinculados à unidade gestora referente aos Direitos Humanos (chamada atualmente de Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos).

Para identificar o investimento em juventude ao longo do tempo tendo como referência o orçamento da SNJ, é necessário perceber a proporção entre o total de orçamento da unidade gestora e a parte destinada para a secretaria.

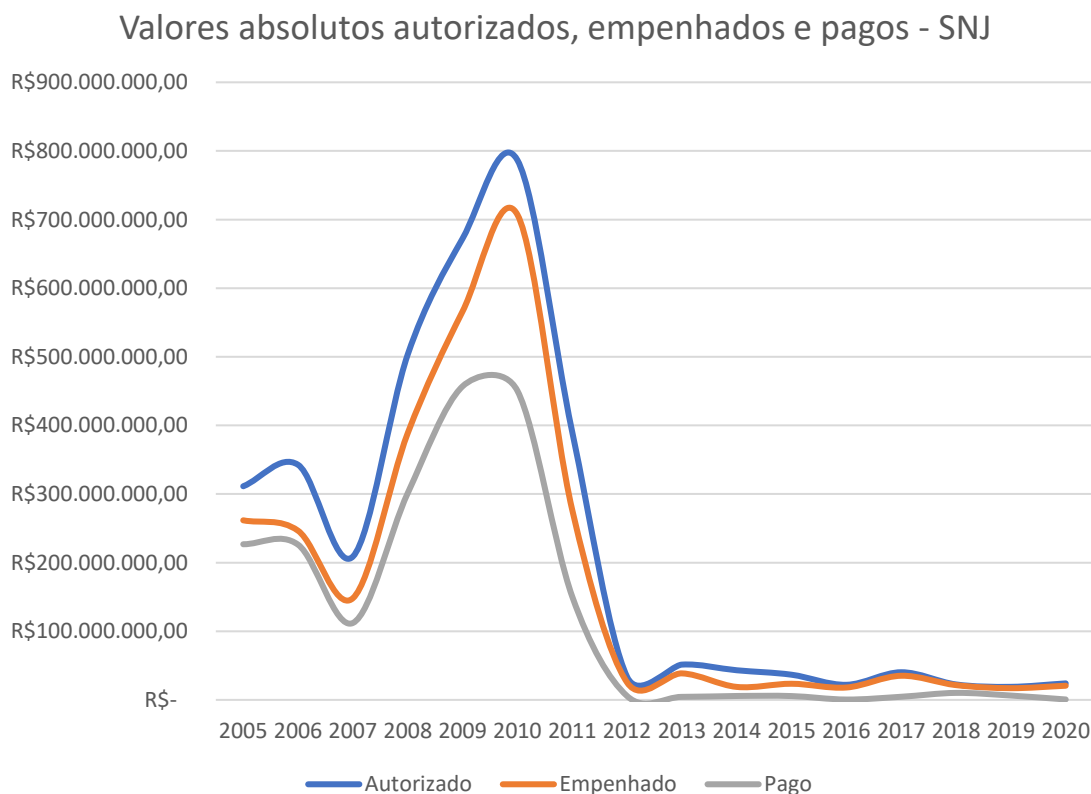
Gráfico 20



Percebe-se que o período de 2005 até 2011 é aquele em que houve maior destinação orçamentária para Secretaria da Juventude, com ápice em 2010.

Quando observamos a variação em valores absolutos, segue-se um padrão similar:

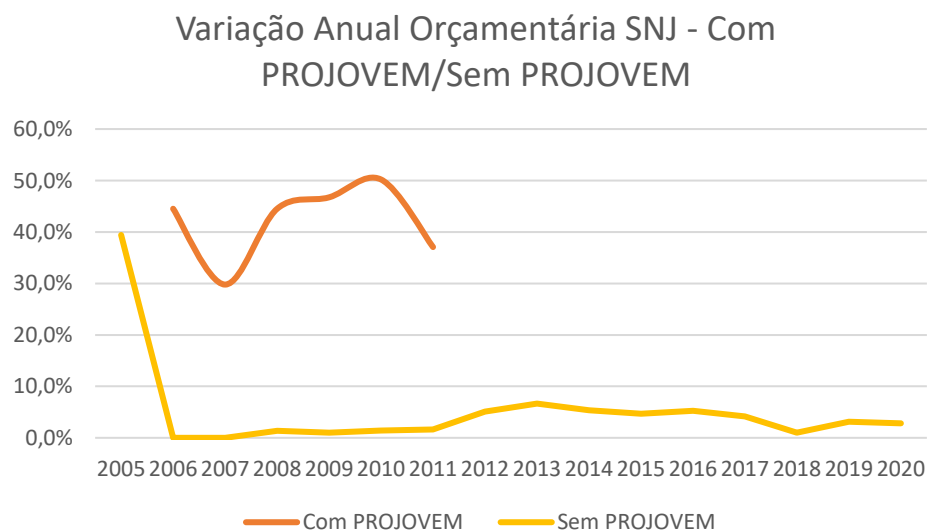
Gráfico 21



Apesar de a secretaria ter recebido maior orçamento no período de 2005 a 2011, esse orçamento foi destinado em grande parte (chegando em alguns casos até 100% do valor) para o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM. Percebe-se que esse foi, no período, o maior

investimento do Governo Federal especificamente para juventude, no que diz respeito a um programa gerido pela SNJ. No entanto, o PROJOVEM passa em 2012 para gestão do Ministério da Educação. Logo, essa tende a ser a principal razão da queda orçamentária identificada pós-2011.

Gráfico 22

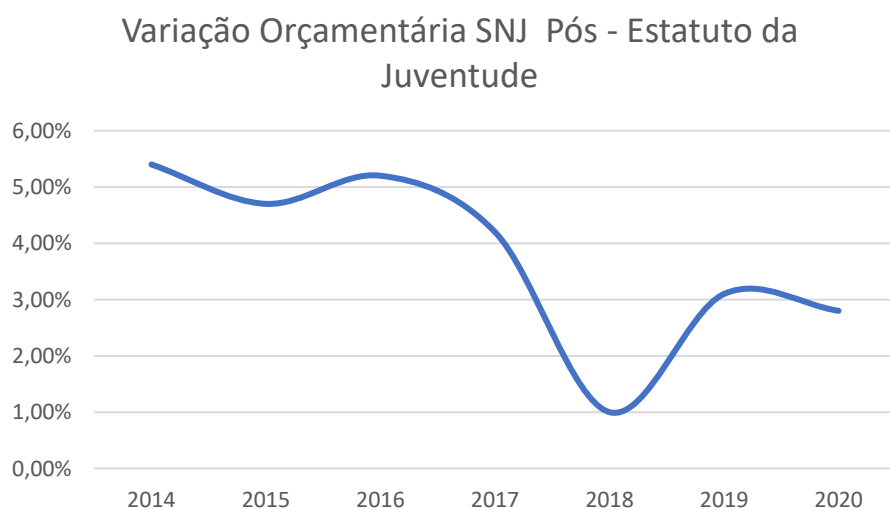


Também é importante destacar a variação orçamentária após a aprovação do **Estatuto da Juventude** em 2013. A Lei 12.852/2013, referente ao Estatuto, foi resultado de aproximadamente dez anos de lutas e discussões do movimento juvenil e deveria assegurar o pleno exercício da cidadania para os jovens, o que na prática significaria fazer com que os direitos já previstos fossem aprofundados para atender às necessidades específicas desses sujeitos, além de garantir novos direitos

(ABRAMO, 2014). Assim, para que passem a existir mecanismos que assegurem a implementação da lei, é necessária a adequada destinação e alocação de recursos.

Vemos que nos anos que seguem até 2017 há certa estabilidade no patamar orçamentário gerido pela secretaria, com queda acentuada em 2018 e elevação em 2019 e 2020, no entanto sem atingir o patamar anterior.

Gráfico 23



Resumindo a seção

- O período de 2005 até 2011 foi aquele em que houve maior destinação orçamentária para Secretaria Nacional da Juventude, com ápice em 2010.
- A transferência do programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM para o Ministério da Educação tem implicações no orçamento destinado à secretaria, reduzindo-o acentuadamente.
- No período após a aprovação do Estatuto da Juventude há queda acentuada no orçamento em 2018, voltando a haver crescimento nos anos seguintes, mas sem atingir o patamar anterior.

5. Políticas de juventude: panorama dos principais programas, ações e legislação

Políticas públicas dizem respeito a um **conjunto de ações articuladas com recursos próprios que envolvem uma dimensão temporal e alguma capacidade de impacto**. É importante não as confundir com programas governamentais que são pontuais e tendem a sofrer descontinuidades (ABRAMO, 2014). A formulação das políticas públicas ocorre quando os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas em programas e ações que terão implicações nos territórios sobre sua gestão. Quando são implementadas, ficam submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2006).

Especificamente as políticas públicas de Juventude devem ser vistas como vias para a efetivação de direitos. Assim, os programas e ações implementados pelo poder público responderão a demandas juvenis de distribuição, de reconhecimento e de participação. Dessa maneira, gerarão oportunidades para que os jovens construam suas trajetórias de autonomia e emancipação (ABRAMO, 2014).

Nesse sentido, o objetivo desta seção é **identificar como os objetivos expressos nos planejamentos estratégicos foram efetivados em ações, planos e programas dos governos**. Com vista aos direitos assegurados pelo Estatuto da Juventude, as políticas serão apresentadas em eixos temáticos, a partir das informações que os relatórios de execução dos Planos Plurianuais forneceram com relação aos Programas Orçamentários específicos para a juventude - Autonomia e Emancipação

da Juventude (2012-2015) e Promoção dos Direitos da Juventude (2016-2019) - e dos Relatórios de Gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019-2020).

PERÍODO REFERENTE AO PPA 2012-2015

Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil

Plano Nacional da Juventude - estava em elaboração o documento que visa estruturar e dirigir a política de juventude como política de Estado (ainda em tramitação)

Sistema Nacional de Juventude - a demanda do SINAJUVE está presente desde a primeira Conferência da Juventude. A ideia é institucionalizar um sistema composto por órgãos de juventude nas três esferas do governo, com dotação orçamentária específica; conselhos de juventude com caráter deliberativo, fundos nacional, estaduais e municipais de juventude, com acompanhamento e controle social. Nesse período, a SNJ dedicou-se à elaboração da proposta para regulamentá-lo.

Estatuto da Juventude - aprovado em 2013 (Lei 12.852/13), é a formalização das diretrizes para as políticas federais de juventude. Contempla uma série de 11 (onze) direitos assegurados aos cidadãos jovens de acordo com as suas especificidades, como: 1) Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil; 2) Educação; 3) Profissionalização, Trabalho e Renda; 4)

Diversidade e Igualdade; 5) Saúde; 6) Cultura; 7) Comunicação e Liberdade de Expressão; 8) Desporto e Lazer; 9) Território e Mobilidade; 10) Sustentabilidade e Meio Ambiente; e 11) Segurança Pública e Acesso à Justiça. Destacam-se dois benefícios diretos fixados pelo texto: a meia-entrada em eventos artístico-culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda; e a reserva de vagas no transporte interestadual para jovens de baixa renda, sendo duas gratuitas e duas com desconto de 50% em cada veículo.

Decreto nº 8.537/2015 - regulamentou os direitos sociais previstos no Estatuto da Juventude (benefício da meia-entrada para acesso a eventos artístico-culturais e esportivos e reserva de vagas a jovens de baixa renda nos veículos do sistema de transporte coletivo interestadual).

Ampliação da comunicação: A SNJ lançou o portal www.juventude.gov.br e perfis em redes sociais (facebook, twitter e youtube) para ampliar a comunicação com os jovens e com gestores subnacionais (site desativado atualmente).

Estação Juventude - equipamento público, com instrumentos e equipe capacitada para disponibilizar informações, orientações e atividades para que os jovens possam acessar programas, serviços e equipamentos que garantam seus direitos e contribuam para o desenvolvimento de seus percursos de inclusão, autonomia e participação social. Foram executados 74 convênios com diferentes municípios no período.

Comitê Interministerial da Política de Juventude, Coijuv - instituído em 2013 com o foco em facilitar o diálogo da ação interministerial no âmbito das

políticas que tratam de juventude, tendo como propósito ser um espaço de articulação, acompanhamento e monitoramento dessas políticas. É formado pelo Ministérios da Educação, Cultura, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Realização da 3ª Conferência de Juventude com o tema "As várias formas de mudar o Brasil", em 2015.

Educação

Programa Nacional de Inclusão de Jovens, ProJovem - nas modalidades ProJovem Urbano e o ProJovem Campo - Saberes da Terra, objetiva apoiar estados e municípios para a elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos que sabem ler e escrever, mas não terminaram o ensino fundamental na época. De 2012 a 2014, foram beneficiados 332.158 jovens. No período do PPA 2012-2015, foram destinados R\$ 115 milhões para que entes federados executassem o Projovem Campo. Por ser um programa interdisciplinar que contempla, além da educação, a formação para o trabalho e acesso a direitos de cidadania, envolveu Ministério da Educação, do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como da Secretaria Nacional da Juventude.

Profissionalização, Trabalho e Renda

Aprendizagem Profissional - a Lei nº 10.097/2000, ampliada pelo Decreto Federal nº 5.598/2005, determina que todas as empresas de médio e grande porte contratem um número de aprendizes equivalente a um mínimo de 5% e um máximo de 15% do seu quadro de funcionários cujas funções

demandem formação profissional. O foco são jovens de 14 a 24 anos incompletos que estejam cursando o ensino fundamental ou o ensino médio. O papel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) foi o de fiscalizar o cumprimento dessa lei e promover o diálogo entre órgãos, entidades formadoras e de representação, sociedade civil organizada e outras esferas do poder público e privado, mobilizando a todos no sentido de promover os direitos de adolescentes e jovens à profissionalização e ao trabalho decente, inclusive por meio do Fórum Nacional da Aprendizagem Profissional - FNAP. O período do PPA 2012-2015 totaliza 1,46 milhão de contratações na modalidade de Aprendizagem Profissional, superando a meta pactuada de 1,2 milhão.

Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural, Pajur - tem o foco em geração de renda, fortalecendo as condições necessárias de permanência dos jovens rurais e da floresta em seu território. Conta com o apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Cultura (MinC), Ministério das Comunicações (MC), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

Cultura

Diagnóstico das políticas de cultura no âmbito federal e o acesso da juventude a essas políticas - A SNJ viabilizou via consultoria, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, a elaboração de levantamento e análise de propostas de políticas públicas de cultura para a juventude no início de 2013, contemplando os seguintes conteúdos: diagnóstico das políticas de cultura no âmbito federal e o acesso da juventude

a essas políticas; proposta metodológica de estratégia de interface e aprimoramento entre os programas do Ministério da Cultura e a Política Nacional de Juventude.

Caderno Temático de Políticas Culturais para a Juventude - pesquisa de normas legais, descrição de programas e projetos, além de informações sobre o conjunto de projetos sob responsabilidade do MinC e vinculadas que tratam do tema.

Prêmio Agente de Cultura Jovem - parceria entre o Ministério da Cultura - MinC e a SNJ - para seleção de projetos com o objetivo de envolver a juventude brasileira na divulgação de experimentações, vivências culturais e reflexões, além de reconhecer iniciativas culturais juvenis, dar suporte e estimular as experiências desenvolvidas por jovens, oferecendo prêmios a iniciativas culturais que promovessem a cidadania cultural e estimulassem as dinâmicas culturais em seus territórios (locais ou virtuais).

Segurança Pública e Acesso à Justiça

Plano Juventude Viva - envolve ações de prevenção com objetivo de reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia, da oferta de equipamentos, serviços públicos e espaços de convivência em territórios que concentram altos índices de homicídio e do aprimoramento da atuação do Estado no enfrentamento ao racismo institucional. O Plano articula iniciativas de 11 Ministérios, envolvendo: Cultura, Educação, Esporte, Justiça, Saúde, Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional da Juventude, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial,

Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres.

PERÍODO REFERENTE AO PPA 2016-2019

Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil

SINAJUVE - Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018 - dispõe sobre o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE, instituído pela Lei nº 12.852/2013 (Estatuto da Juventude). O SINAJUVE constitui forma de articulação e organização da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e da sociedade civil para a promoção de políticas públicas de juventude. **Projeto de pesquisa da Secretaria Nacional da Juventude com o Instituto de Informação em Ciência e Tecnologia (início em 2018)** - apoio à implementação do SINAJUVE a partir do desenvolvimento de sistemas de informação. **Sistema Nacional da Juventude: Uma gestão conectada e interativa** - em 2019 foi lançado um guia para instruir gestores e sociedade civil para implementação do SINAJUVE. **Seminário do SINAJUVE** - em 2019 também foi realizado um encontro com gestores estaduais para discussão sobre o Sistema e seus desdobramentos.

Plano Nacional de Juventude - consolidação da versão final para promover a propositura de um novo Projeto de Lei que estabeleça a garantia de que os governos - federal, estadual e municipal - cumpram os direitos e as políticas de juventude (ainda em tramitação).

Programa Estação Juventude - manutenção do projeto descrito acima,

com ampliação de unidades em outros municípios. Em 2016 eram 32 convênios com repasse financeiro, em 2017 foram assinados mais 18, em 2018, 9 novos convênios e em 2019, ganha o nome de Estação Juventude 2.0, adicionando 09 outras unidades.

Prêmio de Inovação em Políticas Públicas de Juventude - com a primeira edição em 2019, visou promover iniciativas inovadoras no âmbito de políticas públicas para a juventude. Foi escolhida a melhor proposta de cada região do Brasil, e cada uma recebeu o Selo de Inovação da SNJ, além de medalhas de reconhecimento para as equipes.

Frente Parlamentar Mista em Defesa das Políticas Públicas de Juventude - lançamento da Frente Parlamentar em agosto de 2019 (regulamentada pela resolução nº8/2021).

Educação

Projovem - continuidade do programa cujos objetivos estão mencionados acima. Em 2016 o relatório chama a atenção para a descontinuidade do projeto Projovem trabalhador, o que impactou no não atingimento de metas de indicadores do programa Promoção dos Direitos da Juventude. Em 2017 é mencionado que o programa segue sendo executado localmente em parceria com os entes federados. Nesse ano foram lançadas novas edições dos Programas Projovem Urbano e Projovem Campo - Saberes da Terra, destinadas a entes que dispunham de saldo em conta específica do Programa, com oferta de 53 mil vagas e adesão de 13 Estados e 25 Municípios ao Projovem Urbano e de 11 Estados e 45 Municípios ao Projovem Campo. Nos relatórios de 2018 e 2019 não há menção ao programa.

Profissionalização, Trabalho e Renda

Aprendizagem Profissional - legislação já mencionada acima. Nesse PPA o destaque é dado à articulação entre esta ação e o PRONATEC, bem como à publicação do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional. É mencionado o desenvolvimento de um novo sistema para abrigar o Cadastro Nacional da Aprendizagem, que trará ferramentas mais eficientes e maior possibilidade de controle da qualidade dos programas desenvolvidos. No entanto, a descontinuidade do Projovem Trabalhador em 2016 impactou o desempenho deste programa.

Projeto Amanhã - ação de responsabilidade social instituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) em 1993. Visa ao desenvolvimento gradativo do jovem rural, capacitando-o a integrar-se à atividade produtiva. Entre 2016-17, foram capacitados 931 alunos nas regiões Sudeste e Nordeste. Esse é um projeto de dimensão regional, com baixa expressão em termos de pessoas atingidas. Não é citado nos relatórios posteriores. Porém, em 2019 o Projeto Amanhã foi responsável por 1% dos valores pagos no programa Promoção dos Direitos da Juventude. A instituição seguiu com cursos de capacitação até dezembro de 2019 (quando tem o último registro no site da Codevasf).

Espaço 4.0 - um projeto que busca promover um ambiente criativo de inovação e estimula o aprendizado dos jovens com os aparatos de modelo educacional: mesas, cadeiras, iluminação, climatização e equipamentos necessários para iniciar a

imersão nas novas tecnologias da indústria 4.0. O programa fomenta o acesso de jovens de 15 a 29 anos a novos recursos tecnológicos da Indústria 4.0, proporcionando-lhes oportunidade de capacitação técnica, ampliação de habilidades e competências técnicas, bem como o engajamento para o mundo do trabalho. O programa Espaço 4.0 foi anunciado em abril de 2019 durante o seminário do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. O seu lançamento em âmbito federal ocorreu em agosto de 2019. Segundo o Relatório de Gestão do MMFDH, o programa Espaço 4.0 foi responsável por 81% do recurso da SNJ em 2019.

Cultura

Programa Identidade Jovem - lançado ao fim do exercício de 2016, em todo o território nacional, tem como objetivo a disponibilização da Identidade Jovem, que possibilita aos jovens beneficiários do programa o acesso a viagens e a eventos socioculturais. Até 2019 foram emitidas 2.212.898 novas identidades.

Segurança Pública e ao Acesso à Justiça

Juventude Viva - já mencionado acima. Os destaques do período são para ações formativas para líderes jovens negros e negras, com vistas ao enfrentamento do racismo, bem como ao fornecimento de base metodológica e de informação necessárias para formular políticas públicas de mitigação da violência contra comunidades quilombolas. Em 2017 é mencionado o Novo Plano Juventude Viva, sem explicitar as mudanças. Em 2018 e 2019, há destaque para o Inova Jovem, ação no âmbito do Juventude Viva com mais de 160 turmas ofertadas de cursos de

empreendedorismo na modalidade de ensino à distância em todo o Brasil.

Saúde

Adolescência primeiro, gravidez depois - tudo tem o seu tempo - campanha buscou usar a estratégia que aborda a conscientização e a reflexão como formas de prevenção da gravidez na adolescência a partir do vínculo à atenção primária à saúde, visando enfatizar o plano de vida, o planejamento familiar, a saúde sexual e a saúde reprodutiva, bem como a prevenção de doenças.

Sustentabilidade e Meio Ambiente

Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente - ações que buscam implementar o Plano foram destacadas em 2016 e 2017, como os estudos técnicos sobre as agendas ambientais e cursos de capacitação de 880 jovens, ações que o Ministério do Meio Ambiente (MMA) realizou em articulação com o Instituto Chico Mendes (ICMBIO).

PERÍODO REFERENTE AO PPA 2020-2023

Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil

SINAJUVE - Para sua operacionalização, o Sinajuve é constituído por três grandes sistemas para a tomada de decisão por parte dos gestores: a Plataforma Virtual Interativa (Plavin); o Cadastro Nacional das Unidades de Juventude (Cnuj); e o Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação (Sima). Cada um deles é subdividido em

vários outros, desenvolvidos pela SNJ em parceria com o IBICT (projeto mencionado acima). O Portal Sinajuve (*site*) é o ponto de início do Sistema de Informação. Serve como um portal informativo sobre cada um dos programas da SNJ e possui links para todos os serviços que fazem parte do Sistema de Informação. Em 2020 foi oficialmente lançado o Sinajuve, sendo iniciadas as adesões dos estados e municípios ao sistema. Ainda, o Relatório de Gestão do MMFDH destaca que em 2020 houve mais de 156 cursos EaD para jovens na plataforma. Também foi publicado o Sistema Nacional da Juventude Explicado, um guia de adesão ao sistema direcionado aos gestores.

Profissionalização, Trabalho e Renda

Programa Horizontes Juventude Empreendedora - Foi instituído em outubro de 2020 e tem como propósito fomentar e desenvolver o empreendedorismo resiliente e a inovação entre os jovens, com foco no fortalecimento de suas capacidades de lidar com problemas, superar obstáculos, adaptar-se às mudanças e reagir positivamente frente às adversidades. Além do seu lançamento em 2020, também foram selecionadas instituições parceiras para capacitação dos jovens.

Cultura

Programa Identidade Jovem - Já descrito acima. Em 2020, segundo o relatório de gestão do MMDH, foram inscritos 822.644 jovens no programa.

Tabela 14: Sistematização dos programas e ações por eixo do Estatuto da Juventude e situação presente

Eixo Estatuto	Programas e Ações	Situação Presente
Cidadania, Participação Social e Política e Representação Juvenil	Plano Nacional da Juventude	Projeto de lei em tramitação
	Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)	Ativo
	Estatuto da Juventude	Legislação em vigência
	Ampliação da comunicação (portal juventude)	Descontinuado
	Estação Juventude	Ativo em alguns municípios (Estação 2.0)
	Comitê Interministerial da Política de Juventude	Descontinuado
	Prêmio de Inovação em Políticas Públicas de Juventude	Ativo - segunda edição
	Frente Parlamentar Mista em Defesa das Políticas Públicas de Juventude	Ativa
Educação	PROJOVEM	Ativo - MEC
Profissionalização, Trabalho e Renda	Aprendizagem Profissional (Lei 10097/2000)	Legislação em vigência
	Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural - Pajur	Descontinuado
	Projeto Amanhã	Ativo
	Espaço 4.0	Ativo
	Programa Horizontes Juventude Empreendedora	Ativo
Cultura	Prêmio Agente de Cultura Jovem	Descontinuado
	Programa Identidade Jovem	Ativo
Segurança Pública e Acesso à Justiça	Juventude Viva	Descontinuado
Saúde	Adolescência primeiro, gravidez depois - tudo tem o seu tempo	Ativo
Sustentabilidade e Meio Ambiente	Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente	Legislação em vigência

Os programas, planos e ações selecionados foram classificados em apenas um eixo temático, ou seja, naquele com o qual tem maior correspondência. No entanto, alguns podem contemplar mais de um eixo. Percebe-se que nessa seleção alguns eixos do Estatuto da Juventude não foram contemplados diretamente:

- Diversidade e Igualdade
- Comunicação e Liberdade de Expressão

- Desporto e Lazer
- Território e Mobilidade*

*Cabe apenas salientar que algumas ações atendem mais de um eixo do Estatuto simultaneamente. Desporto e Lazer e Território e Mobilidade podem estar contemplados pelo programa ID Jovem, por exemplo, assim como o Pajur, Estação Juventude e Juventude Viva contemplam questões ligadas ao território

6. Notas metodológicas

Seção 2

Há diversas complexidades envolvidas no momento de decidir a unidade de análise da pesquisa. Tais escolhas refletem o que estará dentro e fora do conjunto de dados analisados. Considerando que os três Planos Plurianuais têm em comum em sua estrutura os “Programas Orçamentários” e seus “objetivos”, esses foram elementos que permitiram realizar a comparação entre os documentos. Sendo o objetivo a unidade de análise dos PPAs mais detalhada, grande parte das variáveis analisadas se deu a partir deles. Num primeiro momento, buscou-se pelo programa orçamentário dedicado **exclusivamente** para o tema juventude, o que permitiu uma análise sobre tais programas. Num segundo momento, foram selecionados os objetivos para compor o banco de dados. Todos os objetivos do programa específico foram incluídos. Após, foram feitas buscas em outros programas, objetivos, ou iniciativas relacionadas com o objetivo (nos PPAs 1 e 2), ou resultados intermediários relacionados com o objetivo (PPA 3), que tivessem as seguintes palavras-chave: **juventude, jovem, jovens, adolescente(s) ou adolescência**. Caso tais palavras fossem encontradas, o objetivo passaria a fazer parte do banco de dados, considerando os recursos indicados de forma global, caso a palavra estivesse no objetivo, e de forma parcial, caso a palavra estivesse nas iniciativas ou resultados intermediários. Os dados referentes aos recursos foram obtidos nos Relatórios Anuais de Avaliação dos PPAs (consultar referências).

Seção 3

A fim de estabelecer um detalhamento das ações que foram executadas durante o governo atual, foi realizada uma coleta em fontes de dados diversas aos PPAs, especificamente nos seguintes documentos:

- Despesas detalhadas do Portal da Transparência
- Relatório de Gestão 2019 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)
- Relatório de Gestão 2020 - Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)

Sobre a fonte de dados “despesas detalhadas” do **Portal da Transparência**, foi realizada uma busca dos programas orçamentários e ações orçamentárias que contêm as palavras “**juventude(s) e jovem(ns)**”. Também foi realizada uma busca de programas e ações com as palavras “**adolescente(s) e adolescência(s)**”, nesse caso com o filtro de que tais programas e ações fossem geridos pelo órgão “Secretaria Nacional da Juventude”. Por fim, como o ano de 2020 (que faz parte do PPA 2020-2023) não apresenta programas específicos para juventude, estando as ações relacionadas a essa população contidas em um programa geral do MMFDH chamado “Proteção a vida, fortalecimento da família, proteção e defesa dos direitos humanos para todos”, foi realizada a busca nesse programa pelas ações geridas pelo órgão “Secretaria Nacional da Juventude”.

No relatório de gestão 2019 foram analisadas as seções: (1) “planejamento estratégico e governança”, (2)

“resultados de gestão” e (3) “áreas relevantes a gestão”. Na primeira seção foram coletados dados sobre os objetivos estratégicos e as principais realizações. No que diz respeito à segunda, foram coletados os dados sobre a execução do orçamento da SNJ. Por fim, na terceira seção analisada foram coletados dados sobre a dotação atualizada do orçamento total do Ministério (MMFDH) e como estava dividido tal orçamento entre os programas geridos pelo Ministério.

Já no relatório de gestão de 2020, foram analisadas duas seções. A primeira diz respeito aos **principais resultados de 2020**, e nela foram coletados dados relacionados a objetivos estratégicos referentes à SNJ e ao Plano Nacional de Atuação Global. A segunda seção analisada foi sobre a gestão orçamentária a fim de coletar dados sobre o orçamento total do Ministério.

Para validar os dados identificados em cada documento (para perceber se não há alteração nos valores identificados), eles foram cruzados em uma consulta complementar a outras fontes:

- Acesso à Execução orçamentária e financeira detalhada do MMFDH (*Dashboard Power BI*)
- Siga: Portal do Orçamento (Senado Federal)

Seção 4

Orçamento destinado à **Secretaria Nacional da Juventude** desde a sua origem (2005) até 2020: consulta à Lei de Acesso à Informação (resposta recebida em julho/2021).

Seção 5

Levantamento dos planos, programas e legislações citadas como realizações nos Relatórios Anuais de Avaliação de cada ano entre 2012 e 2019, na seção dedicada a fazer um balanço das políticas de juventude no período. A partir desse conteúdo, foi feita a síntese, destacando os dados mais relevantes.

Também foram analisados os relatórios de gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos dos anos 2019 e 2020 destacando nas realizações descritas os principais programas e ações.

8. Considerações Finais

A revisão da literatura apontou que a sociedade brasileira, especialmente nos últimos vinte anos, caminhou em direção ao reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos. Também, ressaltou a necessidade de **políticas públicas específicas** que atendam tais direitos e, mais do que isso, ofereçam oportunidade de desenvolvimento pleno aos jovens. O início dos anos 2000 é emblemático desse paradigma, expresso na gestão pública, entre outras ações, pela criação da Secretaria Nacional da Juventude em 2005, pela realização das Conferências Nacionais da Juventude e, especialmente, pela publicação do Estatuto da Juventude.

Atento a este cenário, ainda muito novo e repleto de desafios para sua consolidação, este relatório buscou trazer **evidências** sobre as políticas de juventude federais e seus investimentos, com foco no intervalo temporal de 2012 a 2020. Para tanto, num primeiro momento, escolheu-se entre as fontes de dados o PPA 2012-2015, o PPA 2016-2019, o PPA 2020-2023 e suas execuções financeiras. Nessa etapa foi possível analisar como a juventude foi contemplada nesses documentos, considerando dimensões como **estratégia, transversalidade e eficiência**. Também foi desenvolvida uma visão comparativa sobre o volume de investimentos, sua variação e distribuição em áreas temáticas, tendo como referência o próprio Estatuto da Juventude.

Entre os principais resultados dessa etapa da investigação, destaca-se que, dentre os Planos Plurianuais analisados, o referente ao período de 2020-2023 é o único que não confere um Programa Orçamentário específico para o tema da

juventude. Esse documento também apresenta menor transversalidade do tema da juventude entre os órgãos da administração federal e entre diferentes eixos do **Estatuto da Juventude**. Esse é um dado que pode indicar perda no espaço estratégico da temática das juventudes no planejamento da política pública federal. Vale mencionar a iniciativa, em 2013, de se criar o Comitê Interministerial da Política de Juventude, justamente para dar conta das questões de transversalidade, mas esse órgão acabou extinto. Destaca-se, também, que o quadriênio 2012-2015 foi aquele com maior investimento no programa específico destinado à juventude e com maior articulação com as temáticas do Estatuto da Juventude. Por fim, verificou-se que todos os períodos apresentaram baixo percentual de execução orçamentária, o que permite novas questões para serem exploradas futuramente, como qual a capacidade estatal de implementar seus planos e quais são os principais entraves na execução da política de juventude.

Para um olhar mais acurado sobre as políticas de juventude no Brasil atual, para além da análise dos PPAs, foram buscadas outras fontes que permitissem detalhar a sua execução tanto com relação a ações, planos e programas, quanto com relação ao investimento. Para essa etapa, foram utilizadas fontes como as **despesas detalhadas** do Portal da Transparência e relatórios de gestão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de 2019 e 2020, documentos que permitiram um retrato do destino dos recursos encaminhados às políticas de juventude. Nessa etapa da pesquisa, chama a atenção a **queda**

acentuada na execução financeira da SNJ, que passa de 37% em 2019 para, em 2020, 3% do valor previsto, o qual foi de aproximadamente R\$ 17 milhões e R\$ 20 milhões, respectivamente. Também é importante destacar que, no período após a aprovação do Estatuto da Juventude, o orçamento da SNJ se manteve relativamente estável, com pouca variação; no entanto, em 2018 há uma queda acentuada, e apesar de o valor voltar a aumentar no ano seguinte, não houve um retorno ao patamar anterior.

Por fim, buscou-se fazer um **panorama** de quais os planos, programas e legislações tiveram destaque nos documentos consultados e de que forma estas iniciativas estavam alinhadas com os direitos preconizados pelo Estatuto da Juventude. Observam-se continuidades e rupturas nestas ações, o que demanda uma avaliação específica de como tais processos se deram. Por exemplo, as

descontinuidades se deram após uma avaliação sobre a efetividade de uma determinada ação/plano/programa? Qual o impacto dos programas ativos? O fato de o PPA atual não indicar um programa específico para a juventude enfraqueceu as ações para este tema?

Observa-se que ainda não há uma sistematização das formas de **monitoramento** das políticas de juventude, assim como sua institucionalização ampla ainda está para ser efetivada. Tais características demandam certa vigilância, em especial da **sociedade civil**, para que os avanços que vêm sendo construídos não se percam. Da parte da gestão é pública, é esperado que se avance com metodologias de planejamento bem fundamentadas, com foco, nitidez e abundância de informações, monitoramento contínuo, alinhamento entre estratégia e investimento, transparência e, particularmente, participação e controle social.

9. Contribuições do Workshop Colaborativo

No dia 25 de agosto de 2021 uma síntese deste relatório foi apresentada a membros do CONJUVE e convidados, escolhidos pela sua trajetória e expertise em políticas de juventude. O propósito deste **Workshop Colaborativo** era proporcionar um momento de avaliação e reflexão sobre os resultados da pesquisa.

Na sequência, segue a síntese de contribuições do grupo, organizada em três tópicos: o primeiro traz os **destaques** da pesquisa, o segundo aborda **questões em aberto** possibilitadas pela pesquisa e indicam caminhos para futuras investigações e por último, em **possibilidades de ação** o grupo aponta para intervenções necessárias.

Participantes do Workshop

Alan Thomas - Escola de Gente

Camila Farias da Silva - Instituto Cíclica

Claudia Werneck - Escola de Gente

Darly Tupinambá - Engajamundo

Fernanda Coimbra - INSPER / Vetor Brasil

Gustavo Gama - Secretário-Geral do Conselho Nacional da Juventude

Ivone Maio - Instituto Cíclica

Larissa Garcez - Gestora de Juventude da Cidade de Volta Redonda

Laura Boeira - Instituto Veredas

Marcus Barão - Presidente do CONJUVE

Maria Victoria Aun Castells - TETO Brasil

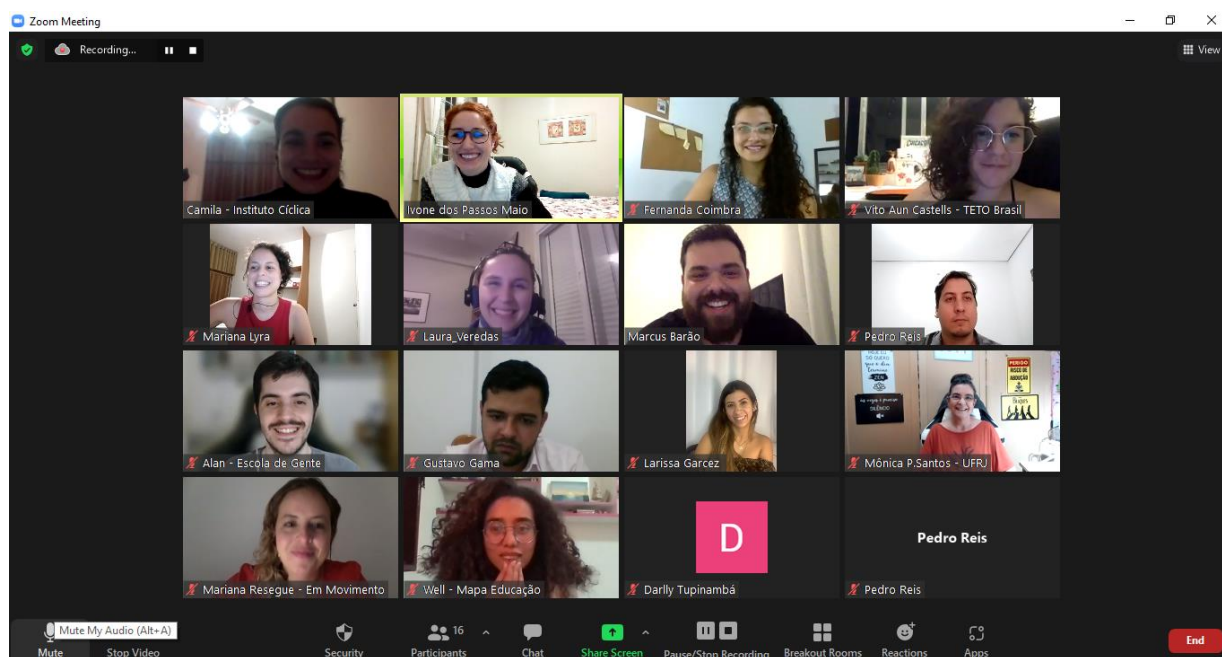
Mariana Lyra - Gestora de Juventude da Cidade do Recife

Mariana Resegue - Em Movimento

Monica P. Santos - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pedro Reis - Liga Universitária do Tocantins

Wesla Monteiro - Mapa Educação



Registro do workshop colaborativo ocorrido em 25/08/2021 em formato online.

Destaques

A pesquisa confirma a percepção de que a área de política de juventude vem perdendo espaço estratégico e orçamentário no governo.

Há preocupação com relação ao abandono dos avanços construídos ao longo dos anos 2000 em termos de institucionalização e execução de uma política voltada aos jovens do Brasil.

As políticas de juventude precisam ganhar maior legitimidade na sociedade brasileira, pois ainda têm baixa visibilidade e apoio.

Questões em aberto

Considerando a perda estratégica da política específica de juventude, qual foi a trajetória de políticas fundamentais para os jovens como saúde e educação?

Qual foi o papel dos organismos internacionais ao longo do recorte temporal analisado pela pesquisa? Houve fluxo significativo de recursos e iniciativas destes organismos voltados à juventude?

Qual foi o papel das organizações da sociedade civil ao longo do recorte temporal analisado pela pesquisa?

É possível que as lacunas identificadas pela pesquisa possam ter sido preenchidas de alguma forma por organizações nacionais e internacionais?

Quais são os principais desafios dos conselhos de juventude, no que tange a incidir de forma mais efetiva na garantia da institucionalização e investimento da política de juventude?

Considerando a importância de habilidades relacionadas a gestão da política e do orçamento público, como tem sido o perfil dos gestores públicos de juventude?

Como a política chega nos territórios?

Possibilidades de ação

Identificar os entraves para o investimento efetivo nas políticas de juventude, considerando a baixa execução orçamentária apresentada.

Avaliar a trajetória de políticas internacionais de juventude ou políticas nacionais afins, como da criança e do adolescente, a fim de apreender as estratégias bem-sucedidas de institucionalização e execução.

Construir uma estratégia de comunicação para publicizar as informações da pesquisa, como forma de sensibilizar a população e pressionar governos para o tema das juventudes.

As organizações da sociedade civil possuem um papel fundamental no debate público, pois podem disseminar informações e pressionar governos.

Estimular o governo a desenhar estratégias que integrem iniciativas de diferentes órgãos de forma a efetivamente entregar ações articuladas da política de juventude.

Conhecer e disseminar boas iniciativas de políticas de juventude nos níveis subnacionais.

Consolidar uma estratégia de monitoramento da execução da política de juventude.

Destaques da pesquisa “Evidências sobre as políticas federais de juventude no Brasil: mapeamento dos investimentos de 2012- 2020

Sobre os Planos Plurianuais:

- Dentre os Planos Plurianuais analisados (2012-2015, 2016-2019 e 2020-2023), o último é o único que não confere um Programa Orçamentário específico para o tema da juventude.
- O PPA 2020-2023 é o que apresenta menor transversalidade do tema da juventude entre os órgãos da administração federal e entre diferentes eixos do Estatuto da Juventude.
- O PPA 2020-2023 e documentos de avaliação posteriores não detalham os investimentos direcionados a cada objetivo ou resultado intermediário, o que dificulta mapear os investimentos detalhados.
- Houve perda do espaço estratégico e orçamentário do tema da juventude no período analisado, acentuadamente no último PPA.
- O quadriênio 2012-2015 foi aquele com maior investimento no programa específico destinado à juventude e com maior articulação com as temáticas do Estatuto da Juventude.
- Todos os períodos verificados apresentaram baixo percentual de execução orçamentária.

Sobre o investimento em juventude em 2019 e 2020:

2019

- O investimento em políticas específicas para a juventude em 2019 foi centralizado no programa Promoção de Direitos para a Juventude;
- O recurso para o programa correspondeu a 4% do orçamento do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos;
- Foi empenhado o valor de R\$17.064.765,45, desse valor 37% foi executado e do executado, apenas 17% foi gerido pela SNJ;
- As unidades da federação vinculadas aos beneficiários do recurso mais frequentes foram São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e o Distrito Federal;
- O investimento foi principalmente para atuação administrativa.

2020

- Não há um programa orçamentário específico para a juventude em 2020. Todas as ações relacionadas aos grupos específicos fazem parte do programa Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos;
- A SNJ ficou responsável por 4% do valor total empenhado pelo Ministério, o que corresponde a R\$20.620.626,22. Desse valor foram executados apenas 3%;
- Quanto ao planejamento de 2020, não há outras ações executadas com o foco específico para juventude além daquelas geridas pela SNJ.

Sobre o Orçamento da Secretaria Nacional da Juventude desde 2005:

- O período de 2005 até 2011 foi aquele em que houve maior destinação orçamentária para Secretaria Nacional da Juventude, com ápice em 2010.
- A transferência do programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJOVEM para o Ministério da Educação tem implicações no orçamento destinado à secretaria, reduzindo-o acentuadamente.
- No período após a aprovação do Estatuto da Juventude há queda acentuada no orçamento em 2018, voltando a haver crescimento nos anos seguintes, mas sem atingir o patamar anterior.

Referências

- ABRAMO, Helena. (org.). Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>
- ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021. Disponível em <https://atlasdasjuventudes.com.br/>
- BRASIL, Lei 11.129 de 30 de junho de 2005- Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11129.htm
- BRASIL, Lei 13.971 de 27 de dezembro de 2019 - Estabelece o Plano Plurianual 2020-2023, anexo I. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>
- BRASIL, Lei 12.593, de 18 de janeiro de 2012 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12593.htm
- BRASIL, Lei Nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016 - Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13249.htm
- BRASIL, Lei Nº 13.844, de 18 de junho de 2019 - estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13844.htm
- BRASIL, Manual Técnico Orçamentário, 2019. Ministério da Economia. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/planejamento/planejamento-disponibiliza-novo-manual-tecnico-de-orcamento-mto-2019>
- BRASIL, Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, Ano Base 2014. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/ppa-2012-2015/>
- BRASIL, Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, Ano Base 2013. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/ppa-2012-2015/>
- BRASIL, Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, Ano Base 2012. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/ppa-2012-2015/>
- BRASIL, Relatório Anual de Avaliação do PPA 2012-2015, Ano Base 2015. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos, 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/ppa-2012-2015/>

BRASIL, Plano Plurianual 2020-2023: Resultados Intermediários. Ano-base 2020. Ministério da Economia, 2020. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/relatorio-ri-2020-2023-publicacao-final.pdf>

BRASIL, Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019, Ano Base 2016. Ministério da Economia, 2017. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-antecedentes/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019>

BRASIL, Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019, Ano Base 2017. Ministério da Economia, 2018. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-antecedentes/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019>

BRASIL, Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019, Ano Base 2018. Ministério da Economia, 2019. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-antecedentes/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019>

BRASIL, Relatório Anual de Avaliação do PPA 2016-2019, Ano Base 2019. Ministério da Economia, 2020. Disponível em <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa/arquivos/ppas-antecedentes/ppa-2016-2019/ppa-2016-2019>

BRASIL, Relatório de Gestão, 2019. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/relatorios-de-gestao>

BRASIL, Relatório de Gestão, 2020. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/governanca/relatorios-de-gestao>

CONJUVE, Conselho Nacional de Juventude. Juventudes e a pandemia do Coronavírus, 2021. Disponível em: <https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>

PEREZ, Olívia C. e LUZ, Lila C. X. Retrocessos na política para as juventudes na esfera federal e no município de Teresina. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.17 – 2019.

RUA, Maria das Graças, (1998). As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: _____. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. 2 v. Brasília: CNPD, p. 731-752.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. Sociologias. 2006, n. 16, pp. 20-45.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. Políticas públicas de juventud en America Latina No 24, Set /Out /Nov /Dez, 2003.

Sites

Lei de Acesso à Informação (LAI): <https://www.gov.br/acesoainformacao/pt-br/falabr>
Execução Orçamentária e Financeira detalhada do MMFDH:
<https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/despesas>

Portal da Transparência: Detalhamento da Despesa Pública:
<http://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/consulta?ordenarPor=mesAno&direcao=desc>

SIGA Brasil: Portal do Orçamento: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>